



UFOP

Universidade Federal
Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LORENA MARIA DA COSTA MATEUS

**FOME NO BRASIL, ATRAVÉS DO CONTROLE SOCIAL PUNITIVO PELA
ALIMENTAÇÃO**

**Mariana - MG
2024**

LORENA MARIA DA COSTA MATEUS

**FOME NO BRASIL, ATRAVÉS DO CONTROLE SOCIAL PUNITIVO PELA
ALIMENTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professor Rafael Santiago
Mendes

**Mariana - MG
2024**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M425f Mateus, Lorena Maria Da Costa.
Fome no Brasil, através do controle social punitivo pela alimentação.
[manuscrito] / Lorena Maria Da Costa Mateus. Lorena Mateus. - 2024.
68 f.: il.: gráf..

Orientador: Prof. Me. Rafael Mendes.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Fome - Brasil. 2. Política pública - Brasil. 3. Segurança alimentar - Brasil. I. Mateus, Lorena. II. Mendes, Rafael. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 304.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lorena Maria da Costa Mateus

Fome no Brasil, através do controle social punitivo pela alimentação.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 01 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Mestre - Rafael Santiago Mendes - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Davi Machado Perez - Universidade Federal de Ouro Preto
Assistente Social - Pollyana Meyer de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto

Rafael Santiago Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Santiago Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/02/2024, às 23:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0667673 e o código CRC 8FB9720D.

Dedicado aos meus pais, Lourdes e Orlando.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pôde ser escrito pelo acolhimento que recebi nesses anos de graduação. Em primeiro agradeço meus pais, Lourdes e Orlando, por sempre me apoiarem nos caminhos que venho seguindo, nas minhas descobertas, aventuras e por me amparando em todos os momentos. Meus irmãos Sergio e Orlando Filho, minhas irmãs Liliane e Lilia e sobrinhos, que me ensinaram muito, contribuindo para minha formação pessoal e intelectual, especialmente meu querido sobrinho Lucas, por ser presente e amigo em todas as horas. Ao Pedro, pelo companheirismo, por não me deixar desistir, sempre estando ao meu lado, renovando minha concepção de mundo e crenças. Aos meus amigos e companheiros de vida, que estiveram comigo durante os anos de graduação e que participam de todas as etapas desta caminhada. Agradeço a toda equipe do CRAS São Cristóvão, especialmente a Pollyana Meyer, pelo acolhimento durante meu estágio supervisionado na instituição, que foi de muito aprendizado e assimilação a minha futura profissão, por contribuir na minha formação teórica e prática. Sem dúvidas pela educação gratuita e de qualidade que recebi na Universidade Federal de Ouro Preto, agradeço ao curso de Serviço Social, juntamente com os professores do corpo docente que contribuíram com minha formação profissional. Agradeço ao meu orientador, Rafael Mendes, por aceitar este desafio e ao professor Davi Perez em compor a banca examinadora deste trabalho.

“Quem inventou a fome são os que comem.”

Carolina Maria de Jesus (1960)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma aproximação à problemática da fome no Brasil moderno e contemporâneo, construindo uma perspectiva sobre o assunto de forma crítica e analítica, da concepção e ampliação desta mazela em território nacional. A priori, o diálogo traz os desdobramentos da fome como a consequência aguda da desigualdade social, que se instala e acarreta diversas condições de precarização da vida, na migração devido à falta de condições de sobrevivência, como insalubridade na formação da sociedade brasileira. Portanto, analiso, em segundo momento, as dinâmicas de controle social, exercidos pelo Estado, pontuo, as ações punitivas e coercitivas desta estrutura, que legitimam neoliberalismo, necropolítica e nutricídio, que culpabilizam os indivíduos pela fome e recusa de direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Fome. Fome Oculta. Insegurança Alimentar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work aims to present an approach to the problem of hunger in modern and contemporary Brazil, building a perspective on the subject in a critical and analytical way, from the conception and expansion of this problem in the national territory. A priori, the dialogue brings the consequences of hunger as the acute consequence of social inequality, which sets in and leads to various conditions of precarious life, in migration due to the lack of survival conditions, as well as unhealthy conditions in the formation of Brazilian society. Therefore, analyze, secondly, the dynamics of social control, exercised by the State, I point out, the punitive and coercive actions of this structure, which legitimize neoliberalism, necropolitics and nutricide, which blame individuals for hunger and denial of fundamental rights.

Keywords: Hunger. Hidden Hunger. Food Insecurity. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CENTRO-POP- Centro de Referência a População de Rua
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPO - Conselhos Operativos do Programa Fome Zero
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Assistência Social
DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequado
GAPB - Guia alimentar da População Brasileira
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PIB - Produto Interno Bruto
PNAS - Plano Nacional de Assistência Social
PNS - Plano Nacional de Saúde
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
SAL - Segurança Alimentar
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - QUAL O ROSTO DA FOME	14
1.1 Desenvolvimento industrial, movimento migratório e as consequências na formação dos trabalhadores.....	14
1.2 Vidas Secas e o retrato da migração sertaneja.....	18
1.3 Estudo sobre a fome no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2 - ONDE A FOME SE ESCONDE?	24
2.1 Fome oculta na formação dos trabalhadores brasileiros.....	24
2.2 O lastro da insegurança alimentar no Brasil.....	28
2.3 Necropolítica; controle social punitivo.....	32
2.4 Nutricídio para a manutenção de genocídio alimentar.....	36
CAPÍTULO 3 - POSSÍVEIS SAÍDAS OU CONTROLE DA FOME NO CAPITAL	38
3.1 Era Lula: valorização das políticas sociais.....	39
3.2 Gestão política de combate à fome e contexto sócio-histórico do Programa Fome Zero.....	41
3.3 Análise do guia alimentar para a população brasileira.....	50
3.4 Perspectiva do Serviço Social na análise da temática.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), traz reflexões críticas ao que tange o direito da alimentação contido na Constituição Federal de 1988, a garantia da alimentação adequada é fundamental ao ser humano, cabendo ao poder público promover ações para viabilizar segurança alimentar à sociedade. Em contraponto, a fome pode ser entendida como uma evidência das contradições do capital e seu fracasso nas relações humanas, no modo de produção capitalista no qual estamos inseridos. Logo, ambas as ações opostas, de assegurar o direito da alimentação a sociedade e o lastro da fome no contexto moderno e contemporâneo, se ligam quando analisamos o panorama da alimentação no Brasil.

Partindo desta afirmativa que está presente neste documento, os impactos da má alimentação se fazem presente na subnutrição dos corpos, como exemplo disto a fome oculta¹, que dá lugar ao movimento de fome permanente. Portanto, a fome se intercala como uma necessidade primária, de se alimentar, que não foi atendida, bem como acesso a alimentos adequados e de qualidade. Outros desdobramentos da fome se apresentam, por meio de abandono social, que se expande pela indústria alimentar, as condições de sobrevivência dada determinadas regiões, segregação por medidas de nutricao e necropolítica, escolhendo aqueles que podem ou não sobreviver neste sistema.

Tais afirmativas só podem ser feitas através de pesquisas bibliográficas, das obras escritas por autores que se debruçaram e se debruçam, no estudo da fome, suas mazelas e combate da mesma, elucidando como a miséria alimentar se oculta na sociedade. A partir deste embasamento, pode-se ter mais clareza do assunto, mediante aos dados coletados pelas pesquisas referentes a saúde e desenvolvimento das tecnologias na área da alimentação, como produção e cultivo de alimentos, localizados em documentos idealizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; cartilhas e pesquisas do Ministério da Saúde, publicadas nos últimos anos.

¹ Fome Oculta é um termo cunhado por José de Castro em seus estudos, que se refere à fome que não é aparente, sendo sua maior causa a alimentação empobrecida, com poucos minerais, nutrientes para sustentar uma boa saúde, de maneira, que o indivíduo se torna subnutrido.

Dialogando assim sobre direito de alimentar-se e sobre o cerceamento deste ato primordial ao ser vivo, sem deixar de evidenciar as maneiras que a fome tem avançado no território nacional nas últimas décadas.

Logo, este trabalho se divide em três capítulos, que buscam dialogar e analisar por meio de uma perspectiva crítica a temática da fome e seus desdobramentos na sociedade brasileira. De forma resumida, o estudo se configura dessa maneira; sendo o primeiro capítulo, uma breve análise da fome como instrumento do capitalismo, como traço de abandono social e os impactos desta precarização no cotidiano dos trabalhadores dos âmbitos campo e cidade.

No segundo capítulo, é apresentado os pontos menos perceptíveis e não palpáveis dos desdobramentos da fome presente em nossa sociabilidade, também expõem as diversas formas dos avanços da insegurança alimentar na produção dos alimentos e na mesa dos brasileiros. Por fim, tem-se o terceiro e último capítulo, que elucida as medidas de combate à fome, que foram adotadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Concluindo o trabalho analisando a prática das/os assistentes sociais diante do tema da fome, juntamente com as políticas de viabilização ao direito fundamental de se alimentar.

A temática presente neste estudo sempre me chamou atenção nos meus anos de graduação em Serviço Social, assim como a recusa dos direitos mínimos, junto dos eventos sociais², acarretados pela ausência de alimentos e a não nutrição adequada dos corpos. As ideias contidas aqui, puderam amadurecer diante da experiência do estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Cristóvão em Ouro Preto-MG, que me possibilitou vivenciar a realidade da prática do/a Assistente Social no cotidiano, junto dos indivíduos que acessam os serviços socioassistenciais e com os demais profissionais na instituição, conseguindo assimilar os anos de teórica que o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto me proporcionou.

² Os eventos sociais apontados no texto, são referentes a migração pela seca, o aumento de trabalhadores brasileiros vivendo em condições insalubres nos centros urbanos e rurais, também a marginalização da população negra e a segregação por meio da necropolítica.

CAPÍTULO 1 - QUAL O ROSTO DA FOME

Neste primeiro capítulo, iremos construir uma discussão breve, acerca da fome como instrumento do capital na formação dos trabalhadores nos centros rurais e urbanos. O diálogo traz os desdobramentos da fome como a consequência aguda do abandono social, que se instala na sociedade, acarretando diversas condições de precarização da vida, conforme visto na migração devido à falta de recursos de sobrevivência, na insalubridade diante a formação dos trabalhadores brasileiros.

Dessa forma, o capítulo presente, busca dialogar com autores que representaram a população, frente ao esquecimento das esferas de poder do Estado. Seja na literatura, como na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, que denuncia o sofrimento da migração sertaneja, ou no estudo científico da fome, que aqui são analisadas as pesquisas localizadas nas obras de Josué de Castro, referência na temática e na compreensão das condições sociais que causam e são ocasionadas pela fome e seus males.

1.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, MOVIMENTO MIGRATÓRIO E AS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

A invasão europeia neste território deixou marcas na formação societária, o escravismo fomentado durante o período inglorio de colonização, alterou a forma de se organizar durante o século XVI, transformando a agricultura em principal traço produtivo do país, como ainda hoje é conhecido. Séculos após a colonização, mais precisamente no século XX, o país começa a trilhar novos caminhos na produção econômica e passar consequentemente por uma transformação social, quando o modelo fabril começa a ganhar forma e se popularizar no território brasileiro. Com a chegada desta nova fase no desenvolvimento por intermédio da industrialização, criam-se anseios na sociedade, segundo Andreotti;

A década de 1930 foi palco de mudanças no eixo da produção econômica. Em virtude da transição do modelo econômico agroexportador para o de produção industrial. Essas mudanças favoreceram o desenvolvimento de algumas regiões do país, que acompanharam o incremento do processo de

industrialização e as conseqüentes transformações urbanas" (ANDREOTTI, 2006, p.3)

Tal conjuntura corrobora para a migração dos eixos; campo e cidades, que marcou a história do desenvolvimento brasileiro, sendo uma articulação entre burguesias que almejavam ascensão através da industrialização, dada a perda dos espaços das oligarquias, juntamente ao paternalismo agrário, tinham forte impacto e espaço devido ao escravismo colonial. Contudo, o modelo de desenvolvimentismo não se baseava em igualdade, uma vez que se respalda por meio do capital advindo da classe dominante. Logo, criou-se a diferenciação de quais regiões do país seriam agraciadas com os avanços promovidos pela modernização industrial, econômica, que se proliferaram nos últimos séculos (ANDREOTTI, 2006).

Os centros rurais representam a manufatura e a cultura agrícola, que atribuiu para o status de importância do mercado e economia brasileira. Desde a ocupação portuguesa, tem-se a exportação da agricultura como pilar do comércio interno e externo que caracteriza o Brasil. Todavia, o motor desta economia do início do século XX, teve o começo de sua modernização por mecanização e o declínio populacional meio rural, uma vez que a relação do campo e indivíduo estava adquirindo novas áreas, trouxe a substituição da mão de obra, habitação e comunidade.

Contudo, o modelo econômico rural, já se mostrava um tanto defasado em suas antigas práticas, juntamente aos efeitos do latifundiarismo, como sugere Josué de Castro;

Por exemplo, não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifundiarismo da cana de açúcar. Na grande área do Estado, de monocultura açucareira, vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona. (CASTRO, 1967-C, p. 70)

Em Contraponto, as atividades impulsionam expansão populacional nas cidades, que eventualmente tornaram-se grandes centros urbanos, instalou-se a proliferação dos subempregos, viesados pelo deslumbre do poder da modernidade, em causar falsa sensação de progresso social no novo, que resultou na precarização de vida, havendo uma quebra na condição de sobrevivência, daqueles que ocupavam o campo e a cidade, palcos para a tecnologia produtiva. Por conseqüente, o êxodo rural favoreceu a pobreza e escassez de alimentos para os grandes centros urbanos,

na qual grande parte eram camponeses migrados, que estavam sendo condenados ao pauperismo, moradias insalubres, resultando na replicação e reprodução da miséria.

Conseqüentemente, é este pobre advindo da migração do campo que residirá nas periferias sociais das grandes urbes, constituintes de bolsões de miséria e pobreza extrema no país. Então, desgraçadamente, as desigualdades sociais que vigoram no campo são replicadas nas cidades, o mesmo princípio secular da concentração de renda do meio rural se observa de modo dramático nas cidades. (BOAS, 2017, p.4)

O que prova que a tecnologia, somada ao capitalismo desenfreado, apenas oferece recursos para o lucro, impossibilita a qualidade de vida, do trabalhador, dos recursos naturais e do mínimo de bem-estar social em qualquer polo no qual o trabalho seja precarizado. De maneira, a mobilidade entre campo e a cidade, da produção representou o marco não apenas na formação socioeconômica e geográfica do país, mas também na construção do trabalhador brasileiro do século XX. A priori, esta conjuntura estava presente apenas no bojo do sudeste brasileiro, com os olhares voltados para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que simboliza a força cafeeira, (BRITO, 2013).

Vale dizer que os motivos para toda essa inquietação estavam também relacionados às transformações que ocorriam no cenário nacional: países, principalmente os de economia agrária como era o caso do Brasil, estavam abalados pelo avanço incontido das tecnologias europeias que não respeitavam as diversidades culturais; as cidades cresciam de uma forma assustadora; aumentava o número de adeptos de ideologias revolucionárias, e o bem-estar social, por outro lado, não crescia. O Brasil, de certa forma, seguia os modelos tecnológicos e urbanísticos europeus, principalmente franceses, mas não copiava o exemplo infraestrutural e higienista. Sendo assim, as cidades cresciam de uma forma desordenada e a população, em geral, era vítima de inúmeras calamidades. (BRITO, 2013, p.113)

No decorrer do período da modernização dos centros urbanos que tem seu início em 1930, durante a era Vargas, o Nordeste por sua vez estava fadado ao esquecimento, região essa que outrora fora um dos primeiros lugares a ser invadido e explorado, não tardou em ser deixada de lado quando a prioridade tornou-se a progressão da indústria, os olhares se voltaram para outras regiões do Brasil, que ainda hoje são vistas de forma monopolista (MATOS, 2012). De forma, que se tem indícios do desmantelamento social planejado, na expressividade dos números de migração nordestina, que nos mostra que não há interesse em mudanças sociais,

econômicas, nem plano de conter as calamidades naturais e públicas que estavam sendo impostas à população destas localidades.

A seca é característica da própria região do nordeste, faz parte da fauna e flora, sendo agravante social para a população sertaneja, que acaba por ser forçada a migrar para outras áreas do país, na busca de sobrevivência. Hodiernamente, entende-se a seca como fenômeno natural, amenizado com investimento governamental, entretanto, era de interesse econômico e político a manutenção da pobreza nestas áreas do país, para impulsionar o desenvolvimento da região sudeste. Este processo tem o intuito de fomentar a migração para as localidades brasileiras que estão sendo favorecidas com a industrialização.

Atualmente, é perceptível que o investimento industrial feito em apenas algumas regiões do país, como ocorreu no Sudeste, contribuiu para a piora na qualidade da mão de obra, que se tornou ainda mais barata, incorporando a má condição de trabalho, juntamente com manutenção da falta de direitos mínimos, que correspondem a alimentação adequada, saúde e educação. Ao passo que prejudica os indivíduos, que sofrem o abandono social extremo no modelo econômico capitalista, que simboliza poucas condições de sobrevivência, enquanto formam o exército industrial para compor a mão de obra fragilizada.

Neste sentido, é válido ressaltar, em consonância com as estatísticas divulgadas pelo Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010), que o Nordeste é a região brasileira com maior população rural desde a década de 1960 até os dias recentes. De 1960 a 2010, seu quantitativo absoluto de população rural manteve-se praticamente o mesmo, com redução de apenas 3%. Este estreito liame do povo nordestino com o campo é um dos elementos que justificam a ênfase conferida à região Nordeste no debate sobre a migração campo-cidade. (BOAS, 2017, p.7)

Eis que tais ações, ocasionaram uma ruptura abrupta entre sujeito e sua terra natal, pela força da migração que se tornou projeto econômico-social, criando no imaginário popular uma figura com traços étnicos das regiões atingidas pela seca, fome e miséria, que impulsiona o preconceito (GUILLEN, 2001). Destarte, fica impresso a imagética, da criminalização da comunidade sertaneja, que era obrigada a deixar a própria terra. Terra essa que não recebeu o investimento industrial como o sudeste brasileiro nos anos do desenvolvimentismo fabril. Logo, esses

acontecimentos evidenciam as particularidades do Brasil, sendo um território que se modernizava e ainda tinha traços coloniais de devoção ao lucro do mercado com produtos e processos advindos da terra, com condições que sufocavam o trabalhador camponês.

1.2 VIDAS SECAS E O RETRATO DA MIGRAÇÃO SERTANEJA

A seca tornou-se personagem vivo na formação do sertão, mesmo sendo evento natural dado às condições tropicais e naturais onde se localiza o Nordeste, transformando-se no motivo da escassez de plantações, mortes de animais e as populações das localidades sertanejas acabam por se tornarem retirantes, dando início à migração daqueles que fugiam do abandono social enfrentado pelo nordeste brasileiro. Dialogando através dos fatos, a história dos refugiados tem seu registro desde os anos do Brasil colônia e do império, marcado também pelas más condições de contenção de calamidades sociais, culminando em desastre social, anteriores à migração nordeste x sudeste, como sugere relatório da Comissão de Socorros aos Indigentes Vítimas da Seca (PERNAMBUCO, 1878, pp. 4-8).

Em outubro de 1878, o Ministro do Império enviou uma circular aos presidentes provinciais do Nordeste, na qual, após mencionar a atenuação da seca e o crescimento de suprimentos em áreas por elas afetadas, ordenou, por isto, entre outras coisas, que todos os retirantes que ainda estivessem mantidos pela despesa pública fossem mandados de volta às suas residências originais; que todos os pedidos de alimentos fossem dirigidos aos Governos e não mais às comissões; e que somente despesas 'que tivessem a mais íntima ligação com a sêcca' fossem autorizadas. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho (Rio de Janeiro, 1878), p. 120. A suspensão do socorro imperial também impeliu a cessação da maioria de todos os projetos relativos à seca, assim como a dissolução da Comissão Central. *Jornal do Recife*, 1.º de julho de 1878... Cuniff, "Great Droughl", p. 255. Créditos de emergência garantidos através de suplementações permitiram a continuação de algum socorro, em Pernambuco, conquanto em nível bastante reduzido, até maio de 1880. (Ibid.1878, p. 265)

Desta forma, a seca percorre um longo caminho, que se tornou doloroso na história do semiárido brasileiro. Na construção deste cenário, temos alguns elementos transformados na personificação de sentidos e sentimentos, como o embrutecimento desta comunidade, dado a ausência de um lugar de pertencimento, devido às

privações nas condições humanas para a sobrevivência. Afastando assim, os indivíduos dos sentidos básicos da vida, os associando a uma condição de descarte, onde a vida desta população não possui valor e tudo é proibido. Como na obra *Vidas Secas*, obra publicada de 1938, escrita por Graciliano Ramos, alagoano que marca a segunda fase do modernismo brasileiro (RAMOS, 2007).

O agouro da fome acompanha o solo seco, de corações brutos de cinco personagens que simbolizam a migração sertaneja, na fuga da seca, com a miragem de um dia quente poder trazer o futuro qualquer, que minimize a ausência do mínimo de condição de sobreviver na vida dos indivíduos que pouco possuem, seja os bens materiais ou imateriais. Em *Vidas Secas*, Fabiano, o pai da família, quer viver com dignidade, ter sua terra para morar, plantar, colher, criar e nela viver, para se dividir as prosperidades, contudo, há sempre o sentimento de angústia, enquanto se acompanha a migração da família, ao parecer que ninguém avisou para este homem simples, de pouca fala e desejos modestos, que ele está cometendo o pecado de querer uma vida com dignidade sendo pobre no Brasil.

Não há direitos mínimos no Brasil apresentado por Graciliano, onde não se tem nomes, alimento, lar ou nada além de abandono e apagamento social, não se sabe o gosto do alimento ou o sabor da água. Na narrativa de Graciliano Ramos, o papagaio, personagem caracterizado pela linguagem, é morto pela família de retirantes na qual o animal fazia parte, para servir de alimento. Logo, mata-se o pouco de fala que se tem na obra, visto que o animal representava o eu lírico dos personagens da escrita, que pouco falavam, esta construção simboliza a aproximação da humanização e resquício de pertencimento a algum território, que gradualmente é perdido com a partida do membro da família (DÓRIA,1993). De forma, que a leitura nos atravessa como perpassa a cachorra baleia, em seus sonhos felizes nos quais a vida é outra; “Deu um pontapé na cachorra, que se afastou humilhada e com sentimentos revolucionários” (RAMOS, 2007).

Cria-se assim uma aproximação com a figura dos animais citados na obra, seja o papagaio servido como alimento para a família ou a simpática cachorra que representa o íntimo de afetos pelos corações que estão embrutecidos. Acaba por desenvolver o conceito de animalização dos personagens homem, mulher e meninos, e humanização dos animais já citados, forma-se carinho e grande sentimento de perda

ao seguir a história. Aflorando o retrato que Ramos moldou para denunciar o movimento de abandono do Estado e setores de poder, entende-se que a imagem criada dos personagens não seja caricata para estereotipar um determinado grupo de pessoas, mas sim, para explicar a dor, falta de sensibilidade condicionada e imposta a esta comunidade retirante.

A seca, fome, miséria e falta de qualquer traço que seja pertencimento de virtudes de um cidadão, calam Fabiano, Vitória e seus descendentes que não possuem nomes “A brutalidade da seca faz com que os personagens também se embruteçam, daí a freqüente recorrência do autor ao compará-los com animais, revelando seus aspectos rústicos” (MAYLE, 2007)

– Você é um bicho, Fabiano. [...] A sina dele era correr mundo, [...] Um vagabundo empurrado pela seca. [...] Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. [...] Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, [...] Fabiano dava-se bem com a ignorância. (RAMOS, 2007, p. 19-22)

Sem dúvidas fica evidente que a migração sertaneja rompe na busca de dignidade humana, que nos caminhos de diversos percalços, sempre se é um estranho sem-terra, que acaba por ser marginalizado. Em sua obra, Graciliano, não queria apenas retratar determinada comunidade de pessoas, e sim, denunciar as condições que atravessa o país, para além da seca, que não é apenas uma intempérie natural, porém, também como se dá às estruturas sociais do Brasil que não consegue trazer bem-estar social a sua população na totalidade.

A história que traz elementos que expressam as mazelas sociais impressas nos personagens, é simbolizada por características vilanescas ou por algum evento que ameniza ou traz a dor, essas camadas são que representam as classes sociais, em seus altos e baixos. Dito isso, não é possível esquecer o papel representado pelo Estado corrupto, que tende a punir e silenciar, sendo caracterizado pelo Soldado Amarelo que se aproveita da repressão e coerção a frente ao mínimo controle social que ele exerce perante a população mais empobrecida (VENTUROTTI, 2008).

Eis aqui uma reflexão: o que realmente significaria para o sertanejo, isolado num mundo sem os devidos recursos do Governo, os impostos obrigados a pagar? Uma situação pela qual passa Fabiano faz pensar no mesmo tema.

No capítulo “Cadeia”, um soldado prende Fabiano após um desentendimento num jogo de cartas. Passado algum tempo, a ferida ainda estava cicatrizando quando se depara com o mesmo soldado amarelo que o importunou. Sozinhos, Fabiano sente a oportunidade de liquidar o inimigo. Contudo, vacila. É impelido a não assassiná-lo pela identificação com o papel de autoridade que o soldado representa: “Governo é governo”, exclama Fabiano. Sua noção de destino imutável ordenação social dá continuidade ao sistema. Conhecia o seu lugar. Tinha obrigação de trabalhar para os outros. (VENTUROTTI, 2008)

Chegado ao final da leitura, o ciclo de migração não se fecha, o livro termina como iniciando mais uma vez a migração na vida da família de Fabiano. Apesar de não se ter algum marcador de tempo na história, sendo contada por fluxo dos eventos, o que talvez o narrador justifique como uma lembrança confusa, dado ao sol e a seca, os acontecimentos tendem a se movimentar de forma desacelerada, há uma limitação no recurso cognitivos dos indivíduos apresentados, que não atrapalha no contar da história, mas que sugere recursos escassos para sobreviver em meio às privações e insalubridades. Conclui-se, então, que a grande mensagem que autor e obra dividem conosco é que o problema não é o sertão e sim a organização social que temos.

1.3 ESTUDO SOBRE A FOME NO BRASIL

Diante do cenário sócio-histórico brasileiro, provocaram-se os estudos críticos relacionados à fome no Brasil, que traz os principais indícios de degradação social e humana na figura do trabalhador, estendendo às classes sociais que eram atingidas por altos índices de pobreza ou escassez e sem variedades de alimentos. Dito isso, se desenrolaram diversas obras que trazem consigo a percepção da dor e sofrimento que a fome, somada às outras ausências que se acumulam junto a ela, podem acarretar a vida dos indivíduos. Projeta-se, então, os romances e cânones da literatura brasileira, como o já mencionado Vidas Secas 1938 de Graciliano Ramos, como Os Sertões 1902 de Euclides da Cunha, O Quinze 1915 de Rachel de Queiroz, entre outras obras de igual importância da literatura.

Todavia, não se trata apenas dos romances cercados de prosa, contos e poética, inicia-se neste período maior efetividade de estudos sobre o assunto. Logo, este documento irá se debruçar nos escritos, pesquisas, materiais, estudados tanto

na teoria quanto, na prática por Josué de Castro, que se tornou referência atemporal sobre o estudo da fome e a fragmentação global da mesma.

Josué de Castro dedicou sua vida aos estudos sociais ligados à fome. Médico de formação, posteriormente considerado nutrólogo e geógrafo, pela produção acadêmica que desenvolveu ao se deparar com o contexto da fome em primeiros anos de atuação. Em uma fábrica localizada no Recife, concluiu que os trabalhadores ali não tinham problemas de saúde que não fossem acarretados pela fome ou algum tipo de desorientação ligada à má alimentação, que se dava pela falta de alimentos variados ou a não alimentação garantida cotidianamente. Ao dizer para o dono da fábrica que o mal que acometia os trabalhadores era fome e não doença, foi despedido, contudo, foi nesse momento que começou sua pesquisa referente à fome dos trabalhadores brasileiros, Andrade detalhou;

A alimentação básica era feita com feijão, farinha e charque, utilizando muito pouco o leite e o pão, não havendo consumo de frutas e verduras. Geralmente o operário pensava que comia para enganar a fome, mas a fome não se deixava enganar e as suas energias iam diminuindo, enfraquecendo-o, acabando com a sua capacidade de trabalho e aumentando a taxa de mortalidade. (ANDRADE, 1997)

Nesta esteira, segundo Andrade (1997), Josué de Castro buscou conhecer a realidade dos trabalhadores das cidades, para compreender a classe trabalhadora que mantém o país funcionando, que tinham suas refeições comprometidas, juntamente com suas moradias, que eram construções precárias, sem saneamento, que são reflexos da gestão governamental deste período, que demonstra o desinteresse na mudança social para melhoria de vida da classe trabalhadora. Outro agravante era o entendimento de essas condições humanas se davam pelas questões climáticas, tendo o exemplo da seca e todo sofrimento social acarretado por ela, a fome como uma herança colonial, por meio da troca de terra e liberdade.

Foi-se nessas terras outras riquezas minerais, fertilidade do solo, alimento e na injusta troca ficaram as lacunas, entre o pauperismo e a faminta necessidade de perpetuar as angústias aos que nasceram por aqui. Neste sentido, despertou em Josué de Castro a ideia crítica, da inevitabilidade de uma reforma que começaria no campo, que poderia atingir a população no território em questão e se expandir aos grandes centros, nasceu para ele a discussão da reforma agrária, reforma essa que

não ocorreu no território nacional. Em seus anos de pesquisas Josué se desenvolveu como geógrafo, pela sua investigação acerca da fome nas regiões do Brasil, diagnosticando como esse fenômeno se comportava nos quatro cantos do país, que resultou em seu livro “Geografia da Fome” ainda muito discutido e pesquisado, como no momento em que o Brasil se localiza em extrema miséria, sendo direcionado ao mapa da fome e novamente com as marcações das regiões e consumo de alimentos. A partir disso temos a análise de divisões do território, como mostra o autor Manuel Andrade;

Em seus anos de pesquisas Josué se desenvolveu como geógrafo, pela sua investigação acerca da fome nas regiões do Brasil, diagnosticando como esse fenômeno se comportava nos quatro cantos do país. A partir disso temos a análise e divisões do território. Assim, na Amazônia, dominavam como alimentos básicos, a farinha de mandioca, o feijão, o peixe e a rapadura, observando-se carência de carnes, ricas em proteínas, e de verduras, ricas em vitaminas. No Nordeste açucareiro, haveria a predominância de farinha de mandioca, feijão, charque (carne seca) e aipim, hábito alimentar que resultava do sistema monocultor canavieiro implantado na região desde o século XVI e ainda hoje dominante. No Nordeste seco ou sertão nordestino prevalecia o feijão, o milho, a carne e a rapadura, constituindo regime alimentar melhor do que o da porção úmida, embora a região fosse também considerada como área de fome. No Centro Oeste, ao qual ele incorporou o estado de Minas Gerais, considerado pelo IBGE como Sudeste, encontrou regime alimentar à base de milho, feijão, carne e toucinho, bem mais rico em proteínas e em gorduras. Finalmente, no extremo Sul, onde o regime alimentar era melhor organizado e as áreas de fome mais restritas, considerou como dominantes a carne, o pão – as condições naturais e as tradições dos imigrantes permitiram o desenvolvimento da cultura do trigo –, o arroz e a batata. (ANDRADE, 1997, p.178)

Outra tese importante de seus estudos era denominada “fome oculta”, representada pela ausência de minerais, nutrientes, deficiência alimentar, que refletia no desenvolvimento intelectual e cognitivo. Destarte, despertou-se o termo da “fome oculta” que se proliferou além da fome aguda, sendo a forma aguda a que era percebida no semblante, nos corpos e vida da população vulnerabilizada. Essas características se desdobraram pelo território brasileiro devido à exploração econômica e aos costumes alimentares de cada região do país. Desse modo, Josué de Castro demonstrou que as particularidades de cada região afetam pontualmente toda a sociedade.

CAPÍTULO 2 - ONDE A FOME SE ESCONDE?

Neste capítulo, será exposto como as mazelas relacionadas à fome estão presentes na sociedade de maneiras menos perceptíveis e mais subjetivas, assim, refletindo acerca do termo de Josué de Castro, conhecido como “fome oculta”. Seguindo para o contexto contemporâneo, onde a exploração da alimentação inicia-se desde a produção, com agronegócio, agrotóxicos que dominam, ao passo que os ultraprocessados tomam conta dos mercados e ganham espaço na mesa dos brasileiros, tornando insegurança a alimentar presente em diversas formas de alimentos e produtos alimentares.

Em conclusão, discutindo como o Estado é conivente com ações que prejudicam a saúde da população, compactuando com o nutricídio alimentar que afeta a comunidade negra, assim como a necropolítica, que representa o controle social e punitivo do Estado, juntamente ao modo capitalista. Sendo a Necropolítica e o nutricídio, apresentados neste escrito, modelos coercitivos e violentos, com objetivo de extermínio de grupos minoritários, de forma, que a fome ou alimentação inadequada, fazem parte deste processo.

Que vai de graça pro presídio³
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra (diz aí!)
(SOARES, 2002)

2.1 FOME OCULTA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS.

O conceito de fome oculta de Josué de Castro, talvez seja o mais simples ao entendimento popular, porém, é também o mais persistente em nossa sociedade, pois o termo compõe a perspectiva da fome nas outras teses do autor que foram, pesquisadas e apresentadas por ele. A fome oculta implica no subjetivo, naquilo que não se vê, que se opõem ao concreto, logo, este princípio se distancia do material, não se idealiza que a fome tem corpo e suas feições que possam encarar como visível e palpável (SIMONCIN, DE OLIVEIRA MAIA, MAZETTO, 2011). Por consequente, a

³ Canção de Elza Soares, lançada em 2002. Faz crítica a criminalização que a sociedade impõe as pessoas negras.

fome oculta ou parcial, corresponde àquilo que não é latente aos olhos e que não trará danos à saúde de imediato, mas sim a longo prazo.

Para elucidar e diferenciar esta compreensão de fome, Segundo Castro (2004, p.18), é essencial haver entendimento de como esta ocorrência se faz presente na condição material e subjetiva da vida, dito isso, ao analisarmos o termo da “fome” é construída uma ideia de pobreza e miséria, de trás do viés da palavra, que se manifesta por pouco ou nenhum acesso à alimentação, corroborando, para o indivíduo atingir extrema pobreza. Destarte, a fome oculta implica haver alimentação e acesso aos alimentos pelos indivíduos pauperizados, porém, esta alimentação é baixa em nutrientes, vitaminas, proteínas ou quaisquer outros componentes nutricionais.

Desencadeando assim, a intensificação de desnutrição silenciosa, promovida por uma alimentação inadequada, juntamente com a popularização de alimentos de procedência duvidosa, como comidas enriquecidas com aditivos químicos, que posteriormente se transformaram em alimentos artificiais, afetando no consumo, cultura e sociedade, distanciando o alimento e aproximando de um produto, com pouca ou nenhuma origem natural, ou animal. Culminando em se alimentar de qualquer maneira, dando uma falsa sensação de viabilização do consumo da comida, só que, na realidade, acaba por adoecer a população (Andrade, 1997).

Por sua vez, essa resultante pode ser entendida como subnutrição atingindo em grande maioria o proletariado, a classe trabalhadora com subempregos, sem condições de se desenvolver socialmente, tendo a insegurança alimentar ao alcance das mãos.

Em escala mundial Josué mostra que ao lado da fome aguda, clara, aberta, existe a fome oculta, provocada pela falta de proteínas, de sais minerais, de vitaminas etc. Desse modo, há a fome dos que não comem e a fome dos que comem mal, dos que não orientam a sua alimentação. Ao lado dessa classificação, caracteriza o problema da fome nos vários continentes, alertando para a ocorrência de fome nas Américas, consideradas no período da expansão colonial como um Eldora-do ou um fracasso dos colonizadores europeus em muitas áreas do continente. Fracasso determinado pelo que Caio Prado Júnior (1946) chamaria de sentido da colonização, voltado sempre para a metrópole, sujeito da colonização, e de costas para a colônia, objeto da colonização. (ANDRADE, 1997, p.192)

À vista disso, este contexto colabora para dois fatores decisivos que impactam na alimentação e o consumo de alimentos no Brasil. A primeira resultante que já sabemos que os sujeitos afetados são os componentes da classe trabalhadora do

país, de fato, corrobora para o modelo exploratório de renda para alimentação, tornando um ciclo de sub-sobrevivência, onde o trabalhador é formado pela fome e se desenvolve em empregos precarizados para tentar saciá-la, contudo, isso não ocorrerá nesta dinâmica, pela falta de qualidade do alimento disposto para o consumo das massas que representam a mão de obra nacional. O segundo ato que reforça esta situação, é a condição agrícola na qual o Brasil se formou, ao excluir a população das terras produtivas, que correspondem a bens de propriedade de uma pequena parcela que se aproveita desta formação de cunho colonial.

As chagas ainda abertas da sociedade brasileira se fundamentaram no período colonial, logo, com a alimentação não é diferente. Entretanto, tem-se arrastado para além da modernização das forças produtivas, com a manutenção da visão arcaica, para possibilitar a condição material capitalista do país, que nega quaisquer reformas que possam favorecer a diminuição da desigualdade. Como pode ser entendida a questão da terra, ao que aponta os autores;

Se a terra no Brasil é usada como reserva de valor para especulação por grupos industriais e financeiros, o caráter parasitário desse capitalismo de desperdício provém de sua incapacidade de incorporar a propriedade da terra ao processo de produção. A dissociação entre propriedade e produção se expressa no caráter extensivo da atividade agrícola e nos baixos níveis de produtividade obtidos em grande parte de suas culturas, sobretudo as que não estão relacionadas à produção de alimentos. (MAZETTO, E OLIVEIRA MAIA; SIMONCINI, 2011, p.5)

Consequentemente, a fome que se disfarça na classe trabalhadora, pela falta de poder de compra do alimento, devido ao volume ínfimo da renda na qual esta comunidade é paga, também corresponde à problemática do cenário agrário do país, que mesmo com a capitalização do campo, para os exorbitantes volumes de exportação, não consegue alimentar sua população. Não se prende apenas às propriedades produzidas na terra, como a condição da terra para a conservação das misérias sociais e econômicas, visto que o alcance da pequena e média propriedade não é uma realidade para o trabalhador rural.

Ao passo que se afastar da reforma agrária, simboliza a não desconcentração das terras do território brasileiro, também se renuncia à produção de alimentos para autoconsumo, juntamente com a redistribuição de renda, visto que o trabalhador do campo poderia produzir e consumir do próprio solo, que corresponde ao seu local de

moradia, já a produtividade agrícola seria responsável pela melhoria dos salários, dado o faturamento da comercialização. Não obstante, esta realidade não se faz presente devido ao ciclo produtivo que monopoliza de forma exploratória as famílias, indivíduos e comunidade.

Todavia, este é um processo um tanto complexo, se reflete também acerca da condição tecnológica da produção alimentícia, caracterizando por;

A penetração capitalista no campo, a partir da década de 60 [1960], se deu através do "modelo prussiano", que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutivo para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. O cerne deste modelo é a modernização conservadora, que tem como pilar modernizar a grande propriedade, com a conseqüente manutenção de uma estrutura fundiária concentrada; exigindo-se qualidade e produtividade, que estão atreladas à adubação química e mecanização, tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, as quais passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira. (CARDIM; VIEIRA; VIÉGAS, 2005, p.2)

Nesta narrativa, a indústria servia o campo, movimentava o comércio, para que assim o país continuasse a cumprir as demandas de ser uma colônia próspera. Esse modelo permaneceu por muito tempo, até a chegada do desenvolvimentismo, quando o campo passou a servir a industrialização, com a finalidade de terceirizar e privatizar as áreas agrárias do país. O cenário de desenvolvimento industrial trouxe ruptura para a sociedade brasileira, uma divisão nítida e concreta entre campo e cidade, fazendo com que o êxodo rural fosse uma realidade.

Tendo o cenário entre campo e cidade demarcados pelo começo e fim da era industrial de ouro do Brasil, prometida aos anos 1950 até 1970, muitos movimentos sociais nasceram e cresceram, buscando melhorias socioeconômicas e dignidade para população, cada vez mais vítima da desigualdade e em condição paupérrima. Para mediar a recorrente exploração da classe trabalhadora no campo e cidade, houve movimentação da população de ambos os polos, com união operária por meio do sindicalismo, para a classe dos trabalhadores das fábricas, juntamente com os movimentos de luta no campo pelas suas terras e o livre-arbítrio de produzir.

Atualmente, ocorreu afastamento dos movimentos sociais fabris e rurais, causando efeito contrário dos outros países latinos. Enquanto Argentina, Chile, Colômbia, entre outros, reivindicam sua identidade no contemporâneo, direitos e terras em grandes atos, o Brasil manteve-se estagnado à procura de meios para se

dissociar. Esse é o resultado dos impactos econômicos, crises sociais e ampliação do neoliberalismo na política brasileira, culminando na perseguição aos movimentos de lutas sociais e desmonte nas políticas sociais nos últimos anos.

2.2 O LASTRO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

A insegurança alimentar é uma velha conhecida da sociedade brasileira, quando se expandiu por todo território nas últimas décadas, dada as imposições de desigualdade. A vista disso, a insegurança alimentar permeia toda a discussão sobre a alimentação e produção no Brasil, uma vez que o modelo produtivo se baseou em desigualdade de renda e acesso das classes sociais. Entretanto, houve algumas mudanças na compreensão do que de fato seria a insegurança alimentar. Hodiernamente, o debate não se resume apenas à viabilização do alimento, uma vez que já é pauta da temática discutida, é crucial a discussão sobre qual tipo de alimento estamos tendo acesso.

Diante tudo que já fora apresentado no estudo em questão, é perceptível quais fatores colaboraram para o tensionamento, acompanhado pelas atualizações das práticas de vulnerabilidade nutricional e alimentar no contemporâneo. Nas últimas décadas houve três fortes impulsionadores da subalimentação e exploração agrária, social, econômica do solo brasileiro: o agronegócio, o uso abusivo de agrotóxicos e a industrialização desenfreada dos alimentos, pela sua contribuição na insegurança alimentar.

Estes elementos se intensificaram nas últimas décadas, sendo a condição da produção existente. Portanto, o agronegócio emerge, com a intenção de revitalizar a monocultura agrícola brasileira, despertar a produção agrícola e pecuária, são conjuntos de ações que a primeiro momento construiriam uma ponte entre os produtores e o comércio de importação e exportação. Outras temáticas exploradas pelo agronegócio, durante seu início, para além da ampliação Produto Interno Bruto (PIB), foram abordagens socioeducativas, que influenciavam a pesquisa ligada ao campo e sua manufatura, com efeito de criar uma dialética que uniria a agricultura sustentável.

É o que sugere os defensores do agronegócio no país, como Gilson Souza, que descreve esta prática como engenhosa e como ação socioeducativa;

Estudar as implicações dialéticas entre o agronegócio e o meio ambiente, procurando compreender como um interfere no outro e buscando soluções para a otimização e racionalização da produção a fim de que seja eficiente e sustentável, respeitados princípios sociais e ambientais. (SOUZA, 2017, p.14).

Tais falas representam uma parcela da sociedade que não compreende quais são os propósitos que vinculam a economia com este mercado, que enxergam esta atividade como única fonte de prosperidade possível. Apesar destas boas intenções que não resultaram em nada de novo neste âmbito, afinal, uma movimentação que visa o lucro, não poderia seguir junto da dialética sustentável. Conseqüentemente, o agronegócio tornou-se expoente da exploração do campo, mantido pelas antigas famílias que possuem e privatizam a terra, são estes a quem interessa a lucratividade do campo.

A verdadeira face do agronegócio se mostra quando analisamos a apropriação de terras, tomando assim espaço que não é seu por direito, ao mesmo tempo que compete de maneira desigual com a agricultura familiar, Daniel Iberê caracteriza esta ação sendo;

No Brasil, o total de terras sob suspeita de serem griladas são mais de 100 milhões de hectares, quatro vezes a área do estado de São Paulo. Este cenário está diretamente ligado ao avanço do agronegócio sobre os espaços, terras e territórios indígenas no país. (IBERÊ, 2020)

Houve tentativas de democratizar o campo, no decorrer do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação de legislações⁴ que respaldam a agricultura familiar, das ofensivas diretas promovidas pela comercialização desenfreada do campo. As legalidades trouxeram força para o cultivo familiar, além do intuito de romper com a marginalização das famílias que moram e produzem no campo, sendo

⁴ Constituindo a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006) e, recentemente, a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010). Disponível em https://www.serracima.org.br/wp-content/uploads/legislacao_agricultura_familiar.pdf. Acesso em 07/07/2023

de suma importância da valorização da agricultura familiar, contudo ainda há forte investimento no agronegócio, que fomenta a desvalorização da agricultura familiar.⁵

Mesmo com antagonismo na agricultura, o agronegócio continuou prosperando cada vez mais nos anos que se seguiram, com o levante do neoliberalismo que o fortaleceu, como elaborou Nelson Delgado, dizendo;

o projeto neoliberal tem sido representado pelo chamado agronegócio, considerado no texto como um bloco de poder, que vem se fortalecendo desde o ajuste externo dos anos 1980 – embora tenha sido estimulado pela política estatal desde a modernização da agricultura na década de 1970 – e que ganha impulso, inclusive pela mídia, a partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Da mesma forma, argumentamos que os principais protagonistas do projeto democratizante no meio rural foram os sem-terra, assentados e agricultores familiares (e suas organizações representativas), identidades afirmadas na década de 1990, através da construção de propostas alternativas de desenvolvimento rural baseadas na reforma agrária, no fortalecimento e na consolidação da agricultura familiar. (DELGADO, 2012, p.86)

Os eventos calamitosos não se prendem apenas à produção em seu momento final, no que se refere aos elementos químicos que cumprem o papel de acelerar, assegurar que não haverá perda do produto devido ao clima, pestes ou condições específicas do solo. Logo, os agrotóxicos ocupam o lugar de falso cuidado com o produto, porém representam mais uma etapa na condição desta fabricação forçada.

Destarte, vários fatores levaram a configuração do cenário atual: capitalização do campo concomitante com a revolução verde (uso de equipamentos, intensificação dos fertilizantes oriundos do petróleo, defensivos químicos e aditivos); evolução da produção de alimentos artificiais; mudanças nos hábitos e costumes, suprimindo a cultura alimentar que abrangia manifestações culturais regionais e a socialização das comunidades locais. (MAZETTO, DE OLIVEIRA MAIA, SIMONCINI, 2011, p.2)

Portanto, mesmo que leigamente, que pareça só mais um dos processos da produção, corresponde a ataques graves à saúde e à alimentação de toda sociedade brasileira. Em comparativo aos outros países com taxas altas de manufatura que provém do campo, no Brasil em 2019 foi atingido a marca ainda não vista de liberação

⁵ Neste mesmo período, os investimentos do governo brasileiro no agronegócio passaram de 80% de tudo o que se investiu na agricultura, embora o agronegócio só respondesse por 50% da produção agrícola nacional. Daí a razão para que a produção agrícola familiar e os trabalhadores rurais sem-terra passassem a exigir maiores investimentos para a ampliação das áreas cultiváveis e para a implementação do uso de novas tecnologias no meio rural. (SILVA, 2014)

dos agrotóxicos, dentre estes químicos, 52 são consideradas altamente tóxicos e 110 extremamente tóxicos. Dos produtos liberados, 34% são proibidos na União Europeia, não obstante, durante a pandemia de COVID19, em 2020, o governo de Jair Bolsonaro, aprovou mais de 118 tipos de agrotóxicos para a produção massiva ao longo da pandemia, refletindo a cultura de utilização dos químicos que se angariou nos últimos anos (IBERÊ, 2020).

A presente movimentação impacta diretamente a saúde de todos, desde aqueles que trabalham no campo, aos lares que os alimentos produzidos acessam, sendo em território nacional ou não, estamos englobados nos malefícios das substâncias que em alguns casos são usados de maneira ilegal, indicando que toda a população mundial interage, consome veneno cotidianamente. Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde apontou que entre os anos de 2005 e 2017, se obteve 84 mil casos registrados de intoxicação por agrotóxicos, (ABRASCO, 2019). A contaminação acontece pelo volume de material químico que fica retido nas frutas, legumes, tubérculos e verduras, que chegam às casas para alimentar crianças, idosos e outros grupos que requerem maior atenção, como elucida Sudré⁶;

Isso significa que cada brasileiro consome, em média, 7,6 litros de agrotóxicos por ano. De 2008 a 2017, por exemplo, a soma de óbitos devido aos efeitos tóxicos, envenenamento por agrotóxico ou exposição ambiental, autointoxicação intencional, entre outros fatores, chegou a 7.267 casos (SUDRÉ, 2020)

Visto que a manipulação destes venenos influencia no cotidiano de diferentes classes e meios sociais, com viés negativo, não podendo ocorrer diferente com o meio ambiente, que recebe diariamente toneladas de substâncias em solos produtivos, afetando simultaneamente as águas do país, remetendo a desvalorização das riquezas naturais. Mesmo que haja monitoramento dos compostos que estão sendo utilizados, idealizado pelo Decreto Federal Brasileiro no. 4.074 de 2002, a situação foge do controle, sucedendo à contaminação em cadeia.

No meio ambiente, o uso de agrotóxicos destinados ao controle de pragas na agricultura deve ser moderado e aplicado com alguns cuidados, caso contrário, pode causar a contaminação e até a desertificação do solo. O uso intenso de agrotóxicos pode causar a degradação dos recursos naturais, em alguns casos de forma irreversível, levando à ocorrência de desequilíbrios

⁶ SUDRÉ, Lu. Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro já liberou 150 novos agrotóxicos este ano. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>. Acesso em: 13 maio 2022.

biológicos e ecológicos, entre eles a contaminação de lençóis freáticos e aquíferos. (JARDIM, ANDRADE, QUEIROZ, 2009, p.1001)

Os estudos também mostram que a utilização de diversos agrotóxicos pode anular os efeitos, logo se perde valor financeiro na utilização do produto, apontando assim uma forma política de direcionar a alimentação, que ilustra o uso excessivo de algo que ainda não se tem uma reflexão coletiva direcionada aos seus efeitos e necessidades. Defronte, a compreensão destas outras etapas de viabilização do alimento, é essencial a discussão de qual tipo de alimento estamos tendo acesso. São ações que se retroalimentam e que minam as possibilidades de se alimentar de forma segura, barata e nutritiva.

2.3. NECROPOLÍTICA; CONTROLE SOCIAL PUNITIVO

O controle da alimentação se estende para além da produção, englobando também quais são os indivíduos que vão consumir determinados tipos de alimentos e produtos. No controle social punitivo pela alimentação, há diversas formas de exercer essa coerção, Achille Mbembe publicou em 2003 a crítica ao conceito de biopolítica versado por Michel Foucault. A análise intitulada “necropolítica” obteve grande repercussão, ao diversificar o diálogo do exercício de soberania entre “fazer viver e deixar morrer”, instrumento já utilizados no colonialismo e no apartheid. “Neste contexto, o poder soberano se manifesta fundamentalmente por mecanismos de produção sistemática da morte como a guerra, o homicídio e o suicídio, ou seja, como necropolítica” (ALMEIDA, 2021, P.1).

Todavia, a política de morte, não se prende apenas nos exemplos que foram dados, como colonialismo e apartheid. Em épocas inglórias de invasões de nações ou em tempos de guerra, não sendo apenas em períodos de guerra de um povo contra o outro, trata-se do poder que assegura qual corpo é aceitável morrer, o parâmetro estabelecido de quais indivíduos que são alvo do Estado ou das esferas que controlam o poder social é estabelecido pela raça.

O controle de execução do Estado, é definido como o elemento que liga ambas as análises estruturais da sociedade moderna, para Foucault a biopolítica, desenvolvida pelo autor em 1970, refere-se ao combate estatal de grupos que são

considerados inadequados diante do que é imposto pela sociedade, englobando aqueles vistos como incômodos em contexto societário no qual se fomenta a degradação desses indivíduos, podendo suceder à aniquilação permissiva pelo Estado. Segundo Foucault, o controle social punitivo é exercido sob toda vida humana, na qual é administrado os interesses e funções sociais, não podendo desviar do ideário, que se mantém assim desde os indícios da sociedade moderna, partindo da revolução industrial em meados do século XVI e XX (FOUCAULT, 1975).

A filósofa francesa Judith Revel define a biopolítica por;

A maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. (REVEL, 2005, p. 26)

A formação da sociedade capitalista é possível através desta imposição normativa como instrumento de coerção comunitário. É através das micro relações que o viés imposição de poderes se reproduz em comunidade, bem como se é ensinado no modelo da sociabilidade na qual estamos inseridos, que pode ser exemplificado pelo antagonismo de classes e suas lutas. De forma, que o capital induz o seu corpo social formado pelo cidadão comum a fiscalizar e pressionar uns aos outros, para conseguir manter sua estrutura de família, mercado e propriedade privada em pleno funcionamento.

São essas as formas que o poder desempenha, seja em qual esfera de importância política, financeira, social. Em *Vigiar e Punir*, obra publicada por Foucault em 1975, o autor diz que;

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1975)

Esta forma de se organizar desencadeia atos que parecem naturais para a vida que está em desenvolvimento neste modo de produção. Uma vez que, o adoecimento favorece a execução das classes sociais mais baixas, esse adoecimento coletivo tem

acelerado o esgotamento dos recursos naturais e humanos, que têm chegado ao seu limite. Neste sentido, as mudanças até a chegada do século XX, priorizaram o desenvolvimento produtivo em detrimento da sociedade e seu bem-estar social.

Esta realidade enfrentada pelos indivíduos pode comprometer o sentido da vida, desencadear um vazio existencial e favorecer o surgimento de patologias, como quadros de depressão, por exemplo. Neste ínterim, o Estado moderno pôs-se a empurrar as comunidades mais vulneráveis para as periferias dos centros urbanos, onde facilmente se tornam alvos da violência policial e do encarceramento em massa. (DE LIMA TEIXEIRA, DE FREITAS, 2021, p.87)

Este é o ponto que diferencia as análises estruturais do Estado e modelo econômico moderno, contemporâneo de ambos os filósofos, uma vez que para Foucault, o Estado manipula os indivíduos através das microrelações, ao passo que para Mbembe, não se trata apenas das microrelações, mas sim, das macrorelações, estruturadas com intuito de executar grupos entendidos como inapropriados, contudo, a leitura de Mbembe dialoga com o corte de classe, gênero e raça. A raça é o elemento que difere a filosofia apresentada por Foucault, entretanto, distinguindo os dois estudos, é a base na qual Mbembe expõem como o Estado conduz a política de extermínio dos corpos negros. Segundo Mbembe (2018a, 6 p. 19), “o estado de exceção e a relação de inimizade tornara-se a base normativa do direito de matar”.

Nesta concepção o “deixar morrer” (PEREIRA, 2019) no contemporâneo não se relaciona aos campos de concentração nazistas da Segunda Guerra Mundial, se localiza no terceiro mundo que passou por invasões coloniais, logo, “Mbembe traz importante contribuição com sua razão pensa racial, materialista e crítica ao processo colonial.” (DE LIMA TEIXEIRA, DE FREITAS, 2021, p.91). Em vista do impacto que o colonialismo sujeitou os territórios, localizados na América Latina, África e Ásia, que ainda carregam marcas desse momento histórico, se formando na contemporaneidade uma construção de vidas sujeitas ao poder de morrer, submetidas ao status de “mortos-vivos”, sendo vidas que não possuem valor para o modo de viver do capital.

Portanto, o direito à vida e a autonomia dos indivíduos não lhes pertencem, tornando-se encargo do Estado, configurar os limites entre direitos, violência, sobrevivência, vida e morte. E com esse poder em mãos o Estado não opta por manter o mínimo de dignidade a população vulnerabilizada por esta estrutura, cria-se zonas

de morte, enviesadas pelo discurso da guerra contra as drogas, criminalidade, terrorismo ou quaisquer outras forças que precisa ser contida com repressão e violência criada pelo Estado. Ao exercer as ações de dominação como nos exemplos dados por Mbembe, como a Palestina, pontos da África e o Kosovo, não contendo no escrito do autor, porém, sob a ótica brasileira tem-se as chacinas nas periferias do Brasil por ordem do Estado. O necropoder se manifesta neste espaço no qual a legalidade não chega, em que o poder de matar, e não a racionalidade da norma, anuncia a existência do Estado (MBEMBE, 2018a).

“Mais do que a lógica da guerra e da formação do inimigo externo e interno que irá garantir a integridade do Estado, a necropolítica tem como base o terror, herança direta do colonialismo e do apartheid.” (ALMEIDA, 2021, P.6). Esta estrutura só pode ser mantida por meio do racismo, nesta lógica coloca a população negra como o grupo que é aceito executar, como o corpo que pode ser violentado pela governança e pelos indivíduos em sociedade, exercendo assim a macro e micro relações do necropoder, que busca o mesmo objetivo.

Mediante tal ideia é articulado um inimigo fictício, que precisa ser eliminado para a segurança poder ser restaurada, este sujeito criado para saciar o desejo reivindicar a autoridade social em comunidade, estão segregados nas zonas marginalizadas, separados pelo seu valor de mão de obra produtiva e pela cor de sua pele, aponta Mbembe;

Nesta época dominada pela paixão pelo lucro, essa combinação de luxúria, brutalidade e sensualidade favorece o processo de assimilação do racismo pela 'sociedade do espetáculo' e sua molecularização pelos dispositivos do consumo contemporâneo (MBEMBE, 2020, p.105)

Todavia, quando não basta a violência física, social e a segregação para as políticas de extermínio da população negra, o Estado utiliza-se da alimentação como máquina de genocídio. A fome desenvolve o papel de extensão do necropoder, uma vez que atualmente o número de mortes decorrentes da má alimentação, que acarreta hipertensão, alta da glicose e subnutrição, somados são superiores a outros motivos de mortalidade.

Em 2001, o Ministério da Saúde produziu documento intitulado “Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira

afrodescendente” por mais ultrapassadas que sejam as nomenclaturas e termos, que o material faz uso para se referir à população negra, parda e indígena, o documento já apontava quais eram as causas das mortes nestas comunidades. “[...] as doenças ligadas à classe social e recursos financeiros, que afetam a população negra, em virtude de acesso a serviço de saúde e meios de diagnóstico e tratamento precários, que possibilitam a evolução das doenças.” (MACEDO, 2021, p.27).

Constata-se que alimentação e saúde caminham juntas, visto que, ambas estão sendo cerceadas à população em vulnerabilidade socioeconômica, como mostra o estudo feito pelo IBGE e a fundação Fiocruz, que em 2013 desenvolveu a Pesquisa Nacional de Saúde, em colaboração com o Ministério da Saúde, que localizou o avanço de doenças crônicas não transmissíveis, diretamente ligadas ao consumo excessivo de álcool, tabagismo, alimentação inadequada, sedentarismo e obesidade, além de fatores de direitos básicos e garantia dos mesmos, para o acesso à informação, saúde de qualidade, emprego e renda e bens e serviços de ordem pública, são essas as formas de se articular a autonomia e decisivos para a liberdade enquanto possibilidade de poder fazer escolhas mais favoráveis à saúde. (PNS, 2013).

2.4 NUTRICÍDIO PARA A MANUTENÇÃO DE GENOCÍDIO ALIMENTAR

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome! (DE JESUS, 1960, p.12)

Nos anos que se seguiram após a constatação da “fome oculta” feita por Josué de Castro, esse termo ainda é uma realidade na contemporaneidade brasileira, não obstante, houve algumas mudanças mais graves para a manutenção do disfarce da fome e suas raízes. O “nutricídio” é um termo cunhado nos anos de 1990 por Llaila Afrika, médico e autor de estudos ligados à fome como política de extermínio da população negra no mundo. A priori:

O nutricídio surge a partir do contexto capitalista hegemônico de produção e distribuição dos alimentos, aqueles baseados no uso de agrotóxicos, transgênicos, ultraprocessados, no incentivo do consumo dos mesmos em detrimento dos alimentos in natura e na manutenção de localidades como os desertos alimentares. (COLETIVO VEGANO POPULAR, 2020)

O genocídio alimentar, favorecido pela ausência e dificuldade ao acesso à alimentos com valor nutricional, in natura ou quaisquer alimentos que possibilitam melhor qualidade na saúde a curto e longo prazo, tem efeitos sociais, econômicos e culturais. Com colaboração da indústria que se tornou um gigante que engole a sociedade ao regurgitar novos hábitos alimentares que se afastam dos tradicionais, aproximando-nos de ultra-industrializados. Ao passo que eleva os preços dos alimentos saudáveis como orgânicos e naturais, criando um falso ideário de que alimentos com vasta horas de produção somadas a etapas químicas são mais acessíveis do que os produtos locais ou com menos processos químicos.

Portanto, há o bombardeio criado pela indústria de alimentos com a falsa publicidade que manipula a população em escala mundial, a introdução alimentar dos produtos industrializados é administrada para substituir alimentos saudáveis. Além dos desertos alimentares, espaços nos quais é muito difícil encontrar alimentos frescos, onde os mais atingidos por esse processo são pessoas negras e moradoras de áreas distantes dos centros urbanos, (ZOCCHIO, 2020).

Assim como os estudos de Castro mostravam como a população vulnerabilizada estava sendo tratada pelo governo, com péssimas condições de saúde, alimentação e moradia, Afrika (2013), também compreendeu que a fome do cenário atual está atingindo em seu maior número a população negra, periférica e zonas rurais. Sendo assim, mais uma vez, descortina como a força do capitalismo com traços coloniais ainda é potente e bem-sucedido, como cita o autor da análise; “nós temos que tirar o homem branco (*junk food corporations*) de nosso estômago” se dirigindo aqueles que impõem como e quando iremos nos alimentar.

Pode-se perceber que para além da alimentação cotidiana, há um apagamento histórico dos alimentos, receitas, comida de forma afetiva tanto na população negra, quanto indígenas e quem está no campo e nos centros urbanos. Quando se come aquilo que está disposto pelo mercado, para facilidade econômica e de tempo, essa prática no dia a dia das famílias, afasta e amplia a fome escondida, que já foi exposta neste escrito. À medida que as comidas rápidas, pré-preparadas ocupam lugar ilustre em nossa mesa, há um apagamento da comida que alimenta a alma e promove o entendimento do que está sendo ingerido.

Por consequência disso, a ancestralidade contida na culinária africana, indígena, que representa história e cultura, as preparações das comidas, na produção familiar e orgânica dos alimentos, são substituídas por um sistema alimentar branco. Que se base na produção de insumos alimentares com índices elevados de processamento⁷, que nos deixam com restos de uma imitação de alimentos, que está rico em sódio, agrotóxicos, gorduras e todos os outros aditivos que vão desencadear riscos à saúde, como diabetes, hipertensão entre outras doenças que se caracterizam como crônicas, além de expor a pobreza econômica e alimentar que está em jogo no plano genocida traçado para a população pauperizada.

[...] nos ajudam a embasar o argumento de que o Brasil, nas suas bases civilizatórias” ocidentais, é um necro-estado em sua origem, isto é, nossa forma social tida como histórica surgiu com o extermínio ambiental, cultural, biológico, linguístico, alimentar das populações originárias e pela coisificação produtiva da população negra escravizada. (SEIXAS, XAVIER, 2020, p.4).

CAPÍTULO 3 - POSSÍVEIS SAÍDAS OU CONTROLE DA FOME NO CAPITAL

Este capítulo apresenta quais medidas de combate à fome foram adotadas pelo país, tendo o foco nas políticas sociais do Partido dos Trabalhadores (PT), mostrando como o Programa Fome Zero, conseguiu desempenhar um papel crucial na retirada do Brasil do mapa da fome. , que diante o estudo do Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB), contido no tópico 3.3 deste capítulo, se retoma a discussão sobre ultraprocessados, alimentação de qualidade, autonomia alimentar e perigos de uma má alimentação, contudo, dada a sua importância, houve ofensivas contra o Guia Alimentar, nos governos neoliberais, como é abordado neste escrito. Para concluir, o trabalho se encerra analisando a prática das/os assistentes sociais dentro desta temática, juntamente com as políticas de viabilização ao direito fundamental de se alimentar.

⁷ A fabricação de alimentos ultraprocessados, feita em geral por indústrias de grande porte, envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. (BRASIL, 2014)

3.1 ERA LULA: VALORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (DE JESUS, 1960)

No ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva⁸, lançou sua 4ª candidatura para a presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sucedendo em sua vitória no mesmo ano, eventualmente a posse e início de seu governo em 2003. A figura de Lula, como é conhecido, foi marcada pela sua trajetória no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, local onde ele usou de sua voz e persuasão para reivindicar seus direitos como trabalhador, tomando a frente ao organizar, movimentar e instigar outros trabalhadores, para que juntos pudessem criar uma aliança ampla e sólida, que “[...] procurando acompanhar o atendimento jurídico conferido aos filiados.” (MORAIS, 2021).

No ano de 2003, seu primeiro governo, o país já começa a demonstrar sinais de prosperidade, devido ao investimento nas políticas sociais de base, com intuito de universalizar os direitos mínimos. Há a valorização e financiamento das políticas de combate à pobreza, assim como a intenção de erradicar as vulnerabilidades que se desdobram por meio desta. Logo, o governo concentra seus esforços em ações voltadas para garantir o mínimo necessário à população, que anteriormente não tinha acesso a lugares e direitos, sendo assolado pela falta de refeições completas, saúde

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no município de Garanhuns, localizado a 230 km de distância de Recife, capital de Pernambuco. Aos 7 anos de idade, Luiz Inácio migrou com sua mãe, conhecida como Dona Lindu, que levava seus 6 filhos, para a região sudeste. Desembarcou em Santos, no litoral de São Paulo, como milhares de migrantes que fugiam da seca do nordeste brasileiro, durante a década de 1950 a 1960. Despertou-se para o engajamento político no decorrer de sua vida adulta, com sua entrada para o Sindicato dos Metalúrgicos que sua construção no meio político se deu pela influência de seu irmão Frei Chico, que já era membro ativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul no estado de São Paulo, também militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Logo, no período de ditadura militar impulsionou a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, juntos de artistas, sindicalistas, participantes dos movimentos sociais de esquerda e a comunidade católica componentes da Teologia da Libertação, que se opunham à criminosa ditadura que se instalou no Brasil (MORAIS, 2021).

básica, alfabetização, frequência escolar das crianças e adolescentes em situação de pobreza, que correspondem ao grande número de evasão escolar.

Houve grande trabalho na promoção da proteção social de qualidade, em amenizar e controlar as desigualdades, esse objetivo já era fruto na campanha eleitoral de Luiz Inácio. Campanha esta que apresentava dados dos avanços das mazelas sociais que se alastram no país. Por consequente, a nova governança visava construir uma ponte entre população trabalhadora, e sujeitos que estavam em extrema pobreza, que não estavam localizados nem mesmo no mercado de trabalho ou que possuíam renda, não tinham acessibilidades sociais. Com o plano de governo, para investir e melhorar o ensino educacional, ampliação do trabalho e melhores condições para que o acesso à renda chegasse a todos os brasileiros, reafirmando o compromisso ao se propor a lutar contra a pobreza e tentar cercá-la. Maria Carmelita Yazbek, expõem como se dava a visão social das administrações anteriores.

Sabe-se que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade como os encontrados no Brasil, mas sabe-se também que as políticas sociais respondem a necessidades e direitos concretos de seus usuários. Entretanto, constata-se que neste país nunca foi adotada uma política global de enfrentamento à pobreza (YAZBEK, 2003, p.110)

A promessa de crescimento econômico veio através da conciliação com o capital, ao passo que havia investimento nas políticas e setores públicos, sem deixar de favorecer o setor privado e a direita política, formada pela burguesia brasileira e empresariado, que investia contra as medidas da governança, sendo favorecidos ao se mostrarem como oposição. Contudo, tal postura governamental formou a “Era Lula” de 2006 até seu segundo mandato em 2010, como governo de centro, garantindo crescimento social e simultaneamente lucro para o capital, na intenção de tentar manter uma condição mínima de existência no modelo capitalista.

Os apontamentos neste pequeno trecho, são com objetivo de relembrar o desenvolvimento do país, por meio das investidas e reformulação das políticas públicas, possibilitando o entendimento das ações do governo Lula, que mesmo com os erros em decorrência da tentativa de favorecer medidas sociais e o modelo econômico simultaneamente. Hodiernamente, em 2023, em seu terceiro mandato, a retomada e melhoria dos mesmos programas, ações e projetos do seu governo anterior, torna-se um alívio para aqueles que reivindicaram e sobreviveram à

presidência passada, resultando na discussão do marco positivo deixado por Luiz Inácio, deixou em seus anos de trabalho prestado como presidente do Brasil.

3.2 GESTÃO POLÍTICA DE COMBATE À FOME E CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO PROGRAMA FOME ZERO

Nos anos que se seguiram ao início dos estudos da fome e suas repercussões, encaramos avanços e retrocessos nesta temática. No entanto, os progressos mais pontuais de gestão da fome e controle da desigualdade alimentar, surgiram com afinco em 2003, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, momento esse em que foi visível as transformações sociais, juntamente aos avanços de políticas públicas, que buscam o bem-estar social da nação. De fato, tem-se então investimento financeiro, estudo e análise crítica às condições de trabalho, economia, direitos, proteção social e consumo básico, logo, a alimentação está localizada em todas essas categorias, assim como saúde, educação e qualquer outro direito mínimo (YAZBEK, 2004).

Por consequência, aflorou nesta conjuntura a abertura do diálogo e troca entre esferas políticas e diversificados grupos sociais, influenciando na compreensão das carências que o país havia angariado nas últimas décadas. Dito isso, o Estado assume seu papel de controle para desenvolvimento social, que nos governos anteriores havia dividido com o terceiro setor, que respalda suas ações mediante a beneficência e outras dinâmicas resultantes em assistencialismo, sem autonomia dos indivíduos. “Não por acaso, onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia” (TELLES, 1998: 19).

Abandona-se esse engessamento societário, mesmo que em meio às contradições do capital, o crescimento das pautas que divergiam com o que estava impondo às comunidades em extrema vulnerabilidade em nossa sociabilidade. No novo cenário político do Governo de Lula, fica marcado a política de base, os elos mais frágeis que precisam ser recuperados para as ações serem perpetuadas, incorporadas na cultura da sociedade, para que se possa sempre reivindicar melhores condições de sobrevivência. “Primeiro de tudo, veio a água para a gente se libertar

dos olhos d'água. Depois, veio o incentivo para as pessoas estudarem e serem alguém na vida”, recordou Lídia Alves, 56 anos, em vídeo idealizado pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, comemorativo aos 20 anos do Programa Fome Zero⁹ ¹⁰.

A cidade de Guaribas foi o berço dos programas estruturais do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O município do Piauí já havia sido atravessado pela seca, fome, falta de energia elétrica, ausência de estudos na educação básica e de qualidade. A população não conhecia a água vinda das torneiras, de fácil acesso, pelo contrário, cotidianamente a imagem projetada no horizonte de Guaribas, eram de grupos de mulheres que compõem a população, se reunindo para a busca diária da água vinda do rio local. São muitos os relatos da comunidade que, até a chegada dos projetos e atividades do governo Lula, vivia isolada e sem nenhuma esperança.

Guaribas e Aracuaã, foram os primeiros municípios a receberem os programas que eram projetos pilotos do recente governo em 2004, se tornando a pioneira em recepcionar o programa de transferência de renda, que posteriormente iria se tornar o carro feche e marca do governo Lula, por resgatar milhões de brasileiros do extrema pobreza e miséria. Não obstante, o início da recuperação da dignidade social desta população ocorreu com o Programa Articulação do Semi-Árido, que permitiu elaboração de obras para a construção de cerca de 22.040 cisternas, com a linha de crédito que possibilitou obras hídricas de pequeno porte que conteria as calamidades advindas da seca, que afeta a população e terra do semi-árido brasileiro, este programa foi realizado por intermédio da iniciativa conjunta do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf Semi-Árido, que se dispõem em desenvolver a agricultura familiar da região, através das obras concluídas e continuadas (BRASIL, 2023).

Outras políticas de gestão ao acesso de direitos básicos com forte influência e se correlacionam na viabilização da alimentação no país, que foram promovidas na

⁹ Do Bolsa Família, L.-R. de G. (2016, agosto 30). Libertar - Relatos de Guaribanos do Bolsa Família (Documentário). Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=RTSXuuSeNV0>. Acesso em: 03/07/2023

¹⁰ Dos Trabalhadores, (2019, abril 7). Guaribas (PI): moradores da cidade berço do Bolsa Família pedem #LulaLivre. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=vwe75mUJecg>. Acesso em: 03/07/2023.

mesma época do Programa Fome Zero, dentre os programas, tem-se o estímulo na educação, sendo a alfabetização de jovens e adultos, o ponto alto do governo de Lula, é estimado segundo YAZBEK, que em 2004 em ambas as cidades os números foram de extrema relevância “nesses dois municípios, 494 jovens e adultos foram alfabetizados. Atualmente, outros 193 municípios desenvolvem iniciativas para implantar Programas de Alfabetização (Programa Brasil Alfabetizado do MEC e Programa Alfabetização Solidária)” (YAZBEK, 2004).

Estas movimentações estruturais, de investimento socioeconômico, evidenciaram ser essencial recuperar totalmente os direitos básicos de toda população e não parcialmente, construir as pontes que levam as comunidades para condições mínimas de existência. É neste panorama que nasce o programa voltado para a alimentação, assim surge o Programa Fome Zero, consistindo em estabelecer segurança alimentar para as famílias em vulnerabilidade financeira e social, em todo território brasileiro, associando também as demandas alimentares com o possível crescimento econômico e social, com desempenho positivo que o programa poderia trazer. “o Programa Fome Zero, que emerge no país em um contexto de profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social” (YAZBEK, 2004)

O programa foi estabelecido como uma política mediadora, dos três âmbitos governamentais que estavam em processo de defasagem, de modo, que estimulava as políticas emergenciais da fome, que até o momento a fome era dita como um fenômeno que aconteceria independente do governo e Estado. Em conjunto com a política emergencial de combate à fome, há o fomento de políticas de segurança alimentar, que seriam efetivadas por políticas públicas dirigidas e regidas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA, 2003).

Uma das maiores características do governo Lula para além das projeções sociais, sem dúvida, era a linguagem didática, tanto na promoção das políticas públicas de qualidade, mas também o envio da mensagem das ações à população, construindo o incentivo e interesse mútuo. Exemplo desta afirmativa, foi a simbologia dos elementos escolhidos para representar as siglas dos órgãos dispostos no programa fome zero. Além do MESA, Ministério Extraordinário de Segurança

Alimentar, já citado aqui, desta mesma forma, tem-se o COPO, Conselhos Operativos do Programa Fome Zero, de caráter provisório da época que o programa iniciou.

Nesta imagética, a sigla PRATO, configura Programa de Ação de Todos Pela Fome Zero, que era responsável em expandir os “pratos” no caso o programa para todos os municípios brasileiros. Logo, o SAL corresponde aos agentes de Segurança Alimentar, sendo responsáveis por acompanhamento nutricional das famílias beneficiadas pelo programa, serão concomitantemente capacitados pelo TALHER; sendo a equipe responsável pela educação popular que desenvolve por meio didático e metodológico que visa jovens e adultos, que podem ser agentes em suas comunidades locais.

Todas essas siglas correspondem a uma etapa de ações de combate à fome, que juntas compõem a imagem de uma mesa à espera do alimento, influenciou na comunicação com a população, a linguagem é de fácil acesso às crianças, jovens, adultos e idosos, alfabetizados ou não, pois a imagem em si, é de fácil similaridade, mostrando o começo de um governo que seria para todos, ainda mais para aqueles que foram isolados e desassistidos nas últimas décadas.

O projeto-piloto começou na cidade de Guaribas, projeto esse que mais tarde abraçou o Brasil todo, teve como público-alvo, famílias na linha da extrema pobreza e miséria, caracterizados pela carência alimentar, vulnerabilidade, que segunda Maria Carmita Yazbek, pode ser definido por:

São apresentados estudos que definem uma linha de pobreza/indigência única para o país e outros que diferenciam as regiões (indigente: população cuja renda familiar per capita não alcança o valor de uma cesta alimentar; pobre: população que não atinge a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não alimentares básicos) (YAZBEK, 2004, p.107).

O sucesso das ações sociais apresentadas aqui, não se deram somente pelo planejamento e eficiência da administração governamental, mas também pela perspicácia em observar os projetos já existentes e compreender quais foram as falhas cruciais para o fracasso ou unir algumas ações que poderiam ter potencial de prosperar. Como o modelo, Projeto Alvorada, que surgiu ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso¹¹, em 2001, cujo objetivo era conseguir recursos para

programas; o Fundo de Erradicação da Pobreza, Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, este último assistia crianças até seis anos e gestantes.

O Projeto Fome Zero efetiva uma avaliação dos programas existentes na área da alimentação e nutrição a partir dos anos 90: em uma rápida síntese histórica, destaca a novidade representada pelo Consea e a importância da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em julho de 1994; faz referência ao Programa Nacional de Alimentação – Pronan do Ministério da Saúde; e mostra os impactos negativos da extinção do Consea e da criação do Conselho do Comunidade Solidária, no governo FHC, sobre a questão da segurança alimentar. Apresenta, ainda, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, reativado com a seca do Nordeste, que teve distribuição recorde de cestas em 1998. (YAZBEK, 2004, p.107).

De fato, no Programa Fome Zero há grande influência de programas anteriores, sendo propostas que operam entre alimentação e renda, conforme o já citado Bolsa-Escola, que assim como a Previdência social, significam políticas de renda mínima, que podem garantir o acesso à alimentação e outros itens essenciais para a sobrevivência humana. Outros projetos existentes nas políticas públicas durante os anos 90 ao início dos anos de 2001, apresentados por YAZBEK (2004), são; “Programa de Alimentação do Trabalhador – (PAT); Programa de Combate às Carências Alimentares e Bolsa Saúde; Programa Cestas Básicas – Prodea; e Cupons de Alimentação (exemplificados com o “*Food Stamp*”).

Portanto, essa junção do que já havia sido proposto em um período anterior, foram uma das causas que trouxe êxito para os programas da Era Lula, além, claro, da análise diante o contexto socioeconômico do território brasileiro nas últimas décadas, buscando não só suprir as carências de renda e alimentação para sociedade, mas também proporcionar autonomia através do bem-estar social. As marcas do flagelo que a insegurança alimentar, desnutrição e dificultosas formas de ter acesso mínimo aos alimentos, refeições adequadas com qualidade, proporcionou uma terrível experiência para a sociedade brasileira, nos levando ao mapa da fome, nos anos anteriores as políticas sociais do presidente Lula;

Sendo um dos “campeões” de desigualdade social, que também é fruto e resquício do período escravocrata (do último país a libertar os escravos), é compreensível que a fome tenha sido uma constante na nossa história: seja como epidemia, nas situações de crises econômicas (que criam desemprego e desalento) e catástrofes naturais (chuvas excessivas e, principalmente, a seca); seja como endemia, como enfermidade crônica que afeta grandes

contingentes de nossa população, sujeita a baixos salários e precários serviços de assistência. (MACHADO, 2013, p.703)

Por consequência dos feitos apontados aqui, o conceito de fome, desnutrição e pobreza mudaram, por meio das conquistas alcançadas, o Brasil obteve baixa na taxa de pobreza durante a Era Lula, que impactou no consumo e viabilização dos direitos básicos.

No Brasil do início de 2003, 44 milhões de pessoas viviam com menos de 1 dólar ao dia, em situação de insegurança alimentar. Até janeiro de 2004, o programa beneficiou 11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro. Nesse período, seria criado o Cartão Alimentação, para possibilitar às famílias a compra direta de alimentos, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar. (BRASIL, 2010)

Apontando assim, qual grupo foi beneficiado pelos programas sociais. Que corresponde à definição pela carência de alimentos, viabilização de alimentação de qualidade e adequada, configurando extrema vulnerabilidade. Logo, a adesão do público formado/alcançado pelo Fome Zero corresponde à população paupérrima, “[...] população que não atinge a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não alimentares básicos.” (YAZBEK, 2004).

Cabe ressaltar que devido aos estímulos das medidas sociais, tem-se a articulação com renda de seguridade social, como renda, educação e saúde, os beneficiários dos projetos apresentados neste escrito, puderam ter autonomia nas escolhas alimentares, promovida pela renda mínima “Uma pesquisa realizada entre os beneficiários do programa de renda mínima em São Paulo mostrou que 85% de sua renda adicional recebida do programa eram gastos no mesmo distrito onde moram e que 70% de suas despesas eram gastos em alimentos.” (SUPLICY, 2003, p.70). Destarte, os projetos como Fome Zero, não ansiava em criar uma dependência social com seu público-alvo, mas sim, contribuir para que a população assistida possa superar a extrema pobreza, sendo incluída na comunidade.

De fato, o trabalho desempenhado pela política de combate à fome, trouxe grandes transformações, também holofotes para o trabalho que se expandia por todo Brasil. Sendo um dos passos mais importantes para essa trajetória a reconstrução do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), teve sua criação

em 1993, há 30 anos, para conduzir as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar, defendendo e garantindo o direito à alimentação para todos os habitantes do país, com alimentos saudáveis e com qualidade. Diante a importância do CONSEA na sociedade brasileira, foi essencial o resgate, de forma que pudessem fortalecer os vínculos sociais, passando a ser guiado pelas leis de segurança alimentar e políticas sociais, para levar igualdade alimentar à todos, como “[..] a aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) e da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que eleva a alimentação ao patamar dos direitos constitucionais.” (BRASIL, 2010).

Ao longo da história da defesa dos direitos à igualdade alimentar, houve diversas modificações ao que se relaciona ao Programa Fome Zero, de forma que foi apresentado aqui, assim com as reconstituições das políticas já existentes. Há adaptações nesta trajetória que englobam a ascensão das classes em extrema pobreza, juntamente da classe C e D. Pode-se afirmar que estes programas, projetos e ações se conversam quando pensamos na estruturação das políticas que exploram as riquezas brasileiras, quando se fala em viabilizar para a população o mínimo de estabilidade em todos os âmbitos da vida em sociedade, enfrentando problemas arcaicos de regiões que podem ser desenvolvidas, mas que outrora foram ignoradas pelos governos das décadas anteriores.

O Programa Bolsa Família, que em 2003 atingia 3.615.596 famílias, atualmente atende a 12.740.644. O País se tornou um exemplo internacional no combate à fome, liderando, pelo segundo ano consecutivo, o ranking dos países em desenvolvimento na luta contra a fome, organizado pela ONG ActionAID. Por sua vez, a desnutrição infantil apresentou forte redução de 12,5% para 4,8% entre 2003 e 2008. (BRASIL, 2010)

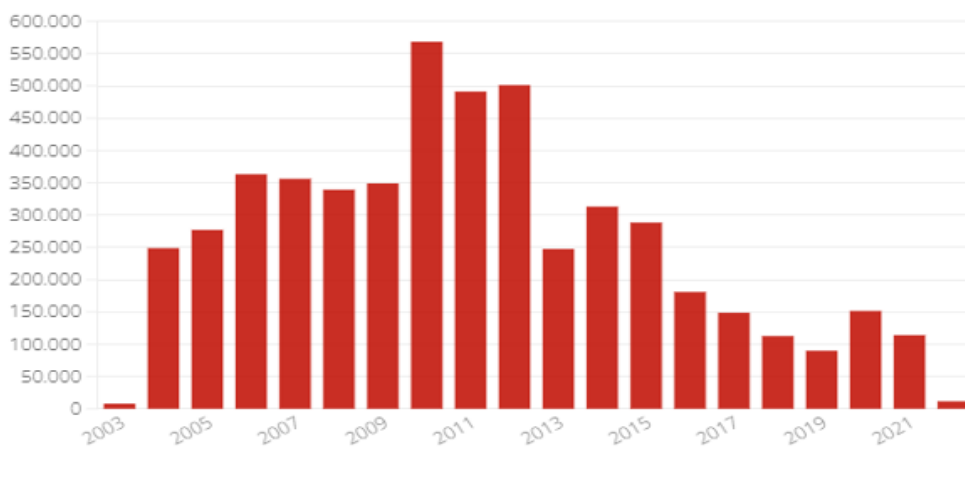
Hodiernamente, com as mudanças de governos e com o levante do neoliberalismo que acometeu o Brasil dos anos 2016 a 2022, as transformações nas políticas sociais de seguridade e assistência social, passou por ofensivas diretas dos regentes do país, após os mandatos dos presentes Luís Inácio e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, ao que se relaciona aos programas e políticas de combate à fome, não foi apenas o Fome Zero que passou pelo esvaziamento e sucateamento administrativo, houve retrocessos nos programas de arrecadação de alimentos, como aponta a reportagem do Jornal UOU, dizendo;

Segundo o professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e ex-diretor da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) Sílvio Isoppo Porto, o PAA cresceu entre 2003 e 2012, mas teve esvaziamento drástico a partir de 2016, com exceção de 2020, quando a mobilização popular levou parlamentares a destinarem recursos extras a essa política devido à pandemia. "Perde-se a oportunidade de estimular e assegurar a aquisição de alimentos da agricultura familiar e impõe às famílias em insegurança alimentar e nutricional seguir nessa situação de fome. Esse programa poderia, sim, ser parte da solução [para o problema da fome no país]". (TURTELLI, C., 2022)

Por vezes, durante os últimos 6 anos, se evidencia o anseio de finalizar o crescimento alimentar conquistado. Ao final do governo de Jair Messias Bolsonaro, conseguiu-se enfim minar não apenas as transformações políticas, como também a agricultura familiar que se mantinha em comunhão com as medidas de alimentação à população brasileira. Ao longo de 2012 a 2022, criou-se tensionamento de subsídios na produção e doação dos alimentos providos pela agricultura familiar, como mostra os gráficos produzidos por pesquisa realizada pelo Ministério da Cidadania, com os dados compilados até junho de 2022, reunidos pelo G1¹². Que constam;

Doações do Alimenta Brasil

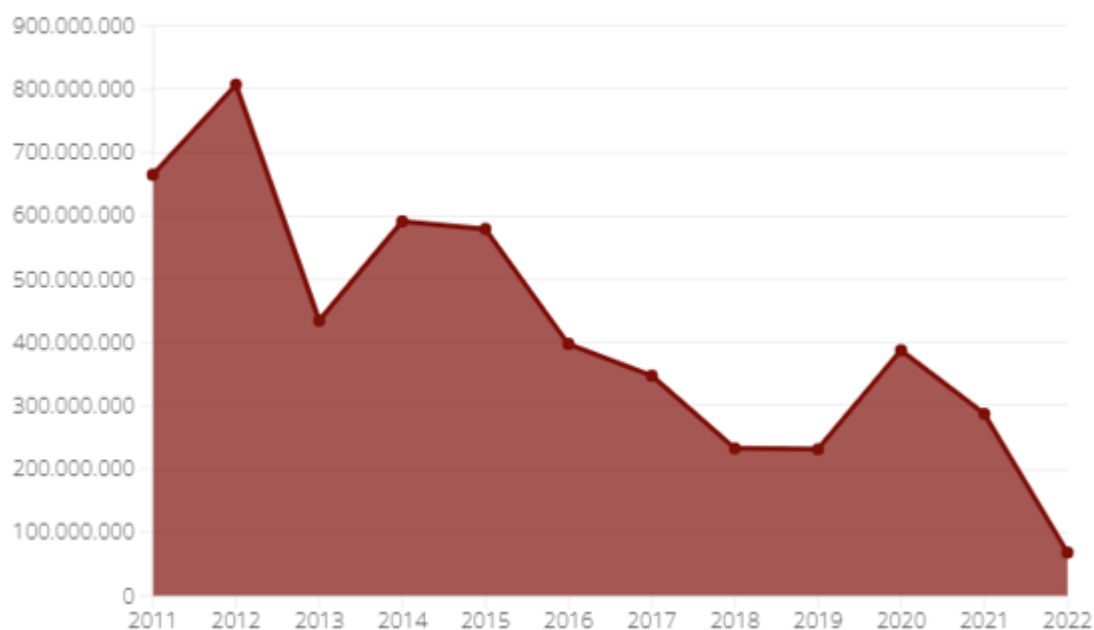
Projeto já doou mais de 500 mil toneladas em um ano



Gráficos reunidos pelo G1. Fonte: Ministério da Cidadania. Dados Compilados até agosto de 2022.

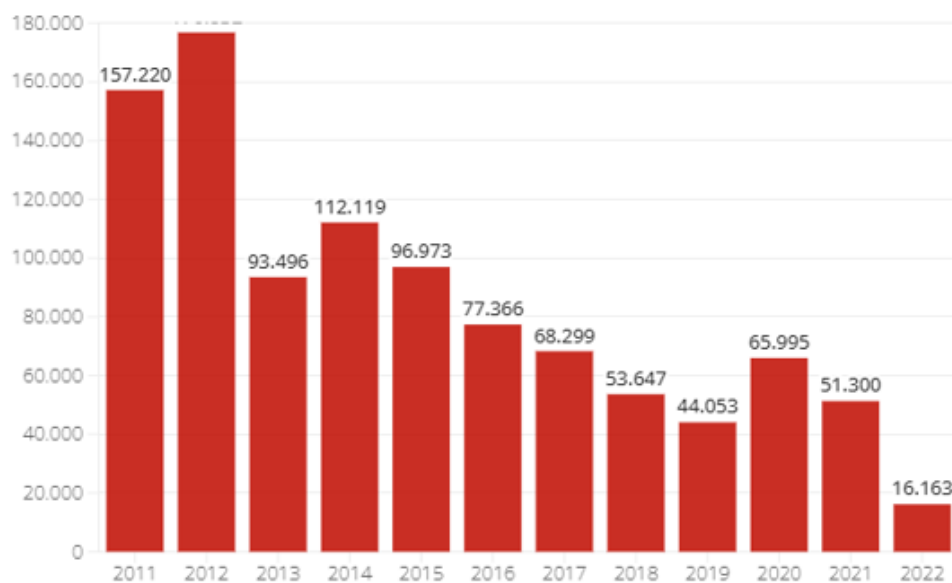
¹² Esvaziado, programa federal de aquisições de alimentos vê doações despencarem. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/12/esvaziadoprograma-federal-de-aquisicoes-de-alimentos-ve-doacoesdespencarem.ghtml>. Acesso em: 14/07/2023

Recursos pagos pelo PAA aos agricultores (em R\$)



Gráficos reunidos pelo G1. Fonte: Ministério da Cidadania. Dados Compilados até agosto de 2022

Agricultores beneficiados pelo PAA



Gráficos reunidos pelo G1. Fonte: Ministério da Cidadania. Dados Compilados até agosto de 2022.

Assim mostrando que quando não se tem intenção de investir nos direitos básicos, perde-se o mínimo de conquista que as classes sociais obtiveram nas décadas anteriores, buscando a ascensão da fome como política de governo, sendo característico de controle punitivo das administrações liberais, neoliberais e fascistas, que não apenas estagnam as ações de informação e formação de cidadania que promovem o direito mínimo, como também finalizam o bem-estar social, em incentivo à barbárie, estabelecendo a extrema pobreza como elemento inato à sociedade e ao Estado, resultando na fome e naturalização da mesma.

3.3 ANÁLISE DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Ainda no caminho para a retirada do Brasil do mapa da fome, é elaborada a pesquisa orientadora sobre como a população se alimenta e qual seria a alimentação ideal para o brasileiro. Em comparativo do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) ao nutricídio apresentado neste trabalho, indica quais são os benefícios dos alimentos, alimentação adequada e o que está dentro destas categorias, também aponta os malefícios dos processados e de uma alimentação que tem sua base em produtos industrializados. Destarte, ambas as produções intelectuais estão a serviço da população com intuito de informar e denunciar práticas alimentares, industriais e sociais que colocam em risco a sociedade como um todo.

Portanto, o documento denominado Guia Alimentar para a População Brasileira, foi idealizado e executado pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP), se mostrando instrumento de suma importância nos dados da subalimentação no cenário brasileiro moderno, bem como, dialogando acerca de história da alimentação no país, quais impactos do consumo alimentar repercutiram no cotidiano e nas mesas das famílias brasileiras. Logo, traz luz sob o consumo alimentar das famílias, assim como os hábitos alimentares influenciam na vida em comunidade, no desempenho dos trabalhadores e na saúde dos indivíduos de todas as idades.

Desta maneira, a primeira edição do Guia Alimentar Para a População Brasileira, foi publicado em 2008, durante a Era Lula, neste período mesmo que o auge das políticas sociais, a governança do país voltou seu olhar sob a condição econômica do território, iniciando um trabalho de retomada do poder econômico, de modo, que a alimentação entra em pauta no viés de entendimento do que, como e quando a população se alimenta. O estudo é voltado para a população e nas áreas dos profissionais da saúde, assistência social, estudos sociais, entre outras categorias que estudam a ausência da alimentação e nutrição no Brasil, que lidam diariamente com as mazelas da subnutrição.

Há cinco princípios que norteiam o Guia Alimentar; alimentação é mais que ingestão de nutrientes; recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo; alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar social e ambientalmente sustentável; diferentes saberes geram o conhecimento para a formulação de guias alimentares; guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (Guia Alimentar) constitui o primeiro conjunto oficial de diretrizes alimentares para o Brasil. Baseado no cenário epidemiológico brasileiro e nas evidências científicas, o Guia Alimentar tem por objetivo contribuir para a orientação de práticas alimentares que visem à promoção da saúde e à prevenção de doenças relacionadas à alimentação. (VERLY, 2013, p.1022)

Tendo em vista o papel fundamental das informações contidas em tal material, que inspira a discussão da fome e orientações no combate da mesma, tornando o Guia Alimentar produzido no Brasil um dos mais completos, comparado a outros países. Contudo, dada as mudanças societárias, modernização de diversos âmbitos da vida da população do país, houve uma atualização e revisão do Guia, mas mantendo a ideia inicial do conteúdo, sendo instrumento inclusivo, didático, de fácil entendimento e acesso, uma vez que o mesmo pode ser encontrado em uma pesquisa rápida no Google, estando localizados nos sites do Governo brasileiro.

Deste modo, a versão atualizada do Guia Alimentar para a População Brasileira é republicada no ano de 2014, sendo sua segunda edição, também a que mais se popularizou. São marcos sociais do segundo governo da presidente Dilma Rousseff, esse mandato que tinha como característica principal manter os avanços de políticas sociais, que já haviam se consolidado e progredido do governo Lula até o governo

Dilma. De forma, que muitas das características trazem viés de continuidade no combate à fome, fosse juntamente guiado pela informação e sob o olhar da saúde. Portanto, novamente esta obra tem o compromisso conjunto do Ministério da Saúde e Nupens da USP, uma vez que a alimentação é entendida como fator que sustenta diversos setores da população, como saúde, desenvolvimento pessoal e social, vitalidade, economia, educação (ROCHA, 2014).

Em linhas gerais, houve algumas diferenciações entre os documentos, o que é natural, visto os progressos e retrocessos, dada a modernização do Brasil contemporâneo. Ao analisar as mudanças em meio esses 8 anos de formulação de ambos os escritos, podemos assimilar os panoramas sociais, históricos e políticos de cada época na qual o Guia alimentar para a População Brasileira foi materializado. De modo, Guia Alimentar 2006, foi revolucionário para incluir estes debates nas agendas sociais, assim como auxiliou o Governo na demonstração do seu posicionamento, inquietações com a temática da fome e as pesquisas que viriam a seguir.

Não obstante, mesmo se tratando de uma concepção inédita que dialogava com temáticas ignoradas nas últimas décadas, no que lhe concerne, os estudos e pesquisas científicas ficaram presas no que já havia sido estudado, principalmente a fome oculta e processo da agricultura no país, deixando algumas questões de lado, que seriam discutidas na reedição. Assim como a discussão mais fundamentada acerca dos ultraprocessados e as doenças crônicas acarretadas por eles. Quiçá seja essa a idealização do material analisado, partindo do começo para se construir a ideia da fome, com desnutrição e desigualdade, por ser entendível se partir do início, como os altos índices de mortalidade, subnutrição dos trabalhadores, que até dado momento debatida com a importância que se pede, esferas políticas da administração do território nacional. Fato esse que não diminui o mérito do trabalho desenvolvido e a sua potência em informar e orientar a comunidade.

Já o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), retoma a discussão sobre agricultura, cultura alimentar, formas sustentáveis e práticas de cultivo de alimentos, organização de tempo para conciliar a alimentação adequada e de qualidade. Representando o que é nutrição e saúde no dia a dia do brasileiro, também dialogando acerca de autonomia na alimentação adequada e de qualidade para as famílias juntamente com a comunidade. Outro ponto importante, está relacionado a

unir variados aspectos culturais, regionais, ambientais, políticos e sociais relacionados à alimentação.

O ponto de encontro entre ambos os escritos, é serem obras de fácil entendimento, devido à linguagem simples, direta e assimilação por meio de exemplos cotidianos, que possam se encaixar na vida dos indivíduos. Pontualmente, o objetivo do documento apresentado é ser uma fonte de acesso fácil e confiável sobre alimento, consumo, manejo, conservação, nutrição, saúde e produção agrícola, em meio às outras formas de se promover a alimentação adequada e de qualidade a sociedade brasileira, como sugere as pesquisadoras da temática, Ambrosi, Grisotti, que dizem;

Nesse contexto, o GAPB almeja ser um mediador das escolhas e um facilitador na tomada de decisão alimentar. Por ser uma normativa institucional, o guia é capaz de favorecer/auxiliar nas escolhas, estimulando a cultura e os hábitos regionais e locais, sendo, por isso, considerado um instrumento importante. Pode-se afirmar que se trata de um avanço na consolidação das identidades alimentares da população brasileira (AMBROSI, GRISOTTI, 2022, p.247)

Outrossim, o escrito publicado em 2014, tornou-se aliado na prevenção de doenças crônicas, explicitando por intermédio de dados e gráficos, os altos índices atingidos nos últimos anos, de doenças como hipertensão e diabetes. Ampliando o estudo e diálogo diante o lastro que as doenças tiveram no mundo, principalmente no Brasil.

No Brasil, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 65,0% dos óbitos de adultos entre 30 e 69 anos de idade, causa de 14,0% das internações nessa faixa etária (1.150.000 internações/ ano) e de 40,0% das aposentadorias precoces. (VERLY, 2013)

Como apresentado por VERLY (2013), houve um número expressivo de falecimentos devido as de doenças crônicas, associadas à má alimentação, outro fator para ser observado, que expressa impacto nesta informação divulgada, é a janela etária entre 30 e 69 anos, englobando adultos e idosos, logo, grande parte das pessoas que formam o núcleo da sociedade que possuem mão de obra, autonomia e poder de compra, entre outras questões sociais e cognitivas que se alcança com o envelhecimento.

Partindo da perspectiva do envelhecimento saudável na qual o Guia Alimentar (2014) preza, podemos compreender o público-alvo que precisa aderir o material, são aqueles responsáveis pelas famílias ou os componentes do núcleo familiar que tenham influência no consumo, que podem incluir o GAPB na dinâmica do dia a dia, para fazerem escolhas, criando autonomia alimentar. Logo, é de extrema importância nesta produção, é que a obra que visa a saúde da comunidade, para se difundir em todos os espaços e alcançar o maior número de pessoas possíveis, já que é perceptível que as doenças crônicas, citadas aqui têm alcançado crescentemente as gerações mais jovens, corroborando para o aumento do adoecimento populacional. Assim como detalha Ambrosi e Grissotti;

O perfil alimentar da população brasileira é analisado conforme três fatores contextuais contemporâneos: i) transição nutricional: diminuição da prevalência de desnutrição e aumento do sobrepeso e obesidade; ii) transição epidemiológica: aumento de mortalidade e morbidade, decorrentes de doenças crônicas não transmissíveis, por fatores de risco que se associam fortemente aos determinantes sociais de saúde; iii) transição demográfica: aumento da expectativa de vida, perspectiva de elevação no número de idosos e diminuição da fecundidade. (AMBROSI, GRISOTTI, 2022, p.4247)

Cabe ressaltar que a condição alimentar que desencadeia as doenças crônicas, já citadas, não são apenas fatores de acesso, autonomia alimentar e subnutrição, ao ler o material fica evidente que tais doenças são difundidas pelas grandes indústrias alimentícias. Sendo a primeira vez que o país se posiciona a respeito dos alimentos ultraprocessados, que presentemente ganham força no mercado alimentar. Há também no documento em questão, estudos a respeito do consumo e danos à saúde causados pelos ultraprocessados¹³, sendo sempre recomendado alimentos

¹³ Alimentos ultraprocessados incluem vários tipos de guloseimas, bebidas adoçadas com açúcar ou adoçantes artificiais, pós para refrescos, embutidos e outros produtos derivados de carne e gordura animal, produtos congelados prontos para aquecer, produtos desidratados (como misturas para bolo, sopas em pó, “macarrão” instantâneo e “tempero” pronto), e uma infinidade de novos produtos que chegam ao mercado todos os anos, incluindo vários tipos de salgadinhos “de pacote”, cereais matinais, barras de cereal, bebidas energéticas, entre muitos outros. Pães e produtos panificados tornam-se alimentos ultraprocessados quando, além da farinha de trigo, leveduras, água e sal, seus ingredientes incluem substâncias como gordura vegetal hidrogenada, açúcar, amido, soro de leite, emulsificantes e outros aditivos (BRASIL, 2014)

minimamente processados¹⁴ ou in natura¹⁵, tornando o Guia uma obra de referência social e nutricional com potência em todas as esferas.

Passagens como essa que reafirmação a realidade da alimentação e autonomia;

Adotar uma alimentação saudável não é meramente questão de escolha individual. Muitos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas. Por exemplo, morar em bairros ou territórios onde há feiras e mercados que comercializam frutas, verduras e legumes com boa qualidade torna mais factível a adoção de padrões saudáveis de alimentação. Outros fatores podem dificultar a adoção desses padrões, como o custo mais elevado dos alimentos minimamente processados diante dos ultraprocessados, a necessidade de fazer refeições em locais onde não são oferecidas opções saudáveis de alimentação e a exposição intensa à publicidade de alimentos não saudáveis. (BRASIL, 2014, p.22).

O estudo não se compromete apenas a denunciar as altas taxas dos aditivos químicos, gorduras e açúcares na composição de alimentos industrializados, mas bem como em seu conteúdo destaca a classificação dos alimentos por grau de processamento, exemplo desta afirmativa são as diferenciações dos alimentos in natura, grãos, que possuem valor nutricional e vitamínico superior a salgadinhos e biscoitos, sendo mais comuns em vários grupos etários, indo desde as crianças até os idosos. De forma que caracteriza a variedade dos ultraprocessados, elucidando quais alimentos são adequados para uma alimentação nutritiva e de qualidade, ao passo de quais alimentos são nocivos para a saúde da sociedade.

Logo, essa discussão se abre para os outros países, o estudo brasileiro ganhou força no cenário mundial, ganhando relevância, eventualmente se destacando entre as edições produzidas e publicadas por outras nações. Em seu site Panelinha, Rita

¹⁴ Alimentos processados são produtos relativamente simples e antigos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar (ou outra substância de uso culinário como óleo ou vinagre) a um alimento in natura ou minimamente processado. As técnicas de processamento desses produtos se assemelham a técnicas culinárias, podendo incluir cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento dos alimentos em latas ou vidros e uso de métodos de preservação como salga, salmoura, cura e defumação. Alimentos processados em geral são facilmente reconhecidos como versões modificadas do alimento original. (BRASIL, 2014)

¹⁵ Alimentos in natura são obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza. (BRASIL, 2014)

Lobo, autora ilustre da culinária brasileira; trouxe a seguinte observação sobre o assunto;

O documento da FAO apontou que, das 83 publicações disponíveis, o guia brasileiro é um dos quatro a ter levado em conta a sustentabilidade em sua elaboração. Além disso, segundo o estudo, o material brasileiro é o único a considerar os aspectos sociais, culturais e econômicos da sustentabilidade (além dos ambientais). (PANELINHA, 2020)

Ao que passo que o Guia Alimentar para a População Brasileira, tornou-se referência na proposta da alimentação de qualidade, além de conduzir diálogo a respeito da saúde da população, sustentabilidade e conscientização da indústria alimentícia de ultraprocessados, logo, surgiu o interesse em implementar o mesmo estudo nos países “São inspirados nele os guias de: França, Canadá, França, Uruguai, Peru e Equador. Além disso, o Guia obteve a melhor avaliação” estudo publicado na revista *Frontiers in Sustainable Food Systems*.

Contudo, não são apenas flores na história do Guia Alimentar, apesar de ser instrumento norteador para a sociedade mundial, como foi é perceptível, há um inimigo voraz, as indústrias alimentícias com foco em processados, uma vez que as informações contidas no Guia Alimentar não chegam para a população da mesma forma que os ultraprocessados, visto que o avanço desta indústria tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito da alimentação.

No ano de 2016, foi produzido um relatório da consultoria *Sancroft*, para empresa norte américa Cola-Cola¹⁶ (PERES, POMAR, 2021), neste documento contia análise do Guia Alimentar para a População Brasil, descrevendo-o como nocivo a indústrias de processados e categorizando punitiva a forma que o GAPB se dirige às bebidas com açúcares, adoçantes e índices de processamento. No documento produzido pela empresa *Sancroft* o Brasil é localizado no mapa de países que preocupam as multinacionais de ultraprocessados, pela construção educativa formulada pelos últimos Governos (Lula e Dilma), para aproximar a população

¹⁶ PERES, J. Em documento para a Coca nos EUA, a consultoria lista Guia Alimentar do Brasil como problema. O Joio e O Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder O Joio e O Trigo, 1 set. 2021. Disponível em: Acesso em: 14/07/2023

brasileira do acesso a informações de qualidades sobre a alimentação e outros itens já apresentados aqui.

As preocupações destas companhias, se localizam sobre as leis brasileiras destinadas a supervisionar a rotulagem, embalagens, gráficos nutricionais dos alimentos, que fiscalizam os químicos, elementos contidos nas fórmulas dispostas nas bebidas da marca Coca-Cola. Na reportagem do jornal *Intercept* Brasil demonstra tais inquietações da indústria;

Naquele momento, Europa e Estados Unidos eram as principais preocupações da empresa quanto ao composto, presente em produtos plásticos, como garrafas de refrigerante. Conforme indica o próprio relatório vazado, o bisphenol já foi associado ao desenvolvimento de câncer de próstata e ao amadurecimento sexual precoce em mulheres, quando ingerido em grandes quantidades. O dossiê lembra que àquela altura todos os países da União Europeia e o Canadá já haviam passado leis proibindo a utilização de bisphenol na fabricação de alimentos voltados a crianças. Embora açúcares e adoçantes compreendam apenas o último capítulo, fica claro que esse é o principal ponto de preocupação da empresa – são 24 páginas dedicadas ao problema. A Sancroft lembra que a atenção crescente às doenças crônicas colocou o açúcar no centro das discussões, em paralelo a uma também crescente aversão por ingredientes artificiais, com destaque para os adoçantes. Com isso, os governos estavam agindo no sentido de criar novos impostos, formular rótulos mais claros e restringir a comercialização (como em cantinas escolares). (INTERCEPT, 2021)

Defronte a conjuntura que foi apresentada pelo mercado, somado ao levante do neoliberalismo no governo de Jair Messias Bolsonaro, que perdurou de 2019 a 2022, lançou-se sucessão de ataques ao Guia alimentar, sendo um desses arquitetado e anunciado pela ministra da agricultura, Tereza Cristina que solicitou ao Ministério da Saúde revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira. No documento que solicitou tal ação, sugere; "A recomendação mais forte nesse momento é a imediata retirada das menções a classificação nova no atual guia alimentar e das menções equivocadas, preconceituosas e pseudocientíficas sobre os produtos de origem animal", ressalta o documento da pasta pelo INTERCEPT, (2021).

As investidas contra o Guia Alimentar, não se sustentam cientificamente, uma vez que não possuem embasamento ou quaisquer evidências dessas afirmativas, entretanto, não foram ofensivas isoladas, já no início de 2020 esse tão importante marco da alimentação, educação alimentar e nutricional, teve sua existência ameaçada pelo governo Bolsonaro, que alegava uma "reformulação" nas diretrizes do

Guia, (ZOCCHIO, 2020). Essa movimentação foi um dos primeiros passos que o governo Bolsonaro daria em retornar na direção do mapa da fome, sendo só mais um dos ataques do governo vigente às políticas de combate à fome e a pobreza ou qualquer outro tipo de dignidade mínima da sociedade brasileira. As diversas ofensivas à alimentação foram ações políticas que mais cresceram durante a pandemia do COVID19, como a inflação dos alimentos, que impossibilitou parte da população brasileira a ter alimentação adequada, sendo atividade característica deste governo que gerou genocídio por meio da alimentação.

Esta afirmativa pode ser evidenciada através da análise de Mariana Costa, pelo portal Joio e o Trigo em 2022, ao relatar que a inflação sempre foi uma realidade nacional, mas que obteve aumento em itens básicos da alimentação e outros artigos de sobrevivência mínima durante os anos da pandemia, o que faz essa piora ser um planejamento de governo;

Entre janeiro de 2020 e março de 2022, quatro grupos de preços tiveram aumentos acima da inflação. Enquanto o IPCA subiu 18,9% neste período, o grupo alimentação e bebidas liderou a alta, com 30,21%, seguido dos transportes (+26,91%), artigos de residência (+24,15%) e habitação (+20,9%). Durante a pandemia e até março passado, os alimentos que subiram de preço num ritmo muito acima da inflação geral, já num patamar bem alto, foram tubérculos, raízes e legumes (+126,3%); óleos e gorduras (+95,4%); hortaliças e verduras (+80%); frutas (+46,3%); cereais e leguminosas oleaginosas (+43%), aves e ovos (+40,4%); açúcares e derivados (+35,6%); leite e derivados (+32,8%) e carnes (+30,9%). (COSTA, 2022)

3.4. PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL NA ANÁLISE DA TEMÁTICA

Entre as reflexões contidas aqui, com o olhar atento sob os inúmeros flagelos resultantes da fome e aos seus efeitos da construção material da vida, testemunha-se que a mesma se situa nas desigualdades, na estagnação social e no engessamento da forma que a sociedade se moldou. A fome e suas angústias se transportam no interior das vulnerabilidades, que são características deste modelo de sociabilidade, não se trata apenas de causa e efeito, mas sim de um recurso limitante que o Estado utiliza para proporcionar a condição do materialismo social na qual estamos inseridos.

Sendo assim, a fome aguda ou oculta se apresenta cotidianamente no trabalho dos/as assistentes sociais, está no âmago das expressões da questão social. Objetivamente o Serviço Social tem o papel de estudo, constatação e ação, diante das relações de desigualdade e de classes, se baseando na leitura crítica do território e cultura nos quais o profissional desenvolve seu trabalho, para compreender a realidade da comunidade que será atendida, esta ação necessita de pesquisa, assimilação das condições sociais e das tradições da população, o que por sua vez exige teoria crítica, para tornar a prática uma realidade concreta, na redução de riscos e na realização da proteção social.

Em frente, a teoria e prática do Serviço Social, houve grande mudança que respalda as ações e garantia de políticas públicas para exercício da profissão, são componentes da seguridade social, presentes na Constituição Cidadã de 1988, que visa a parte importante na formulação e da efetivação dos direitos. Em primeiro momento o processo para viabilização da seguridade social promulga a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), seguido do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Se, por um lado, a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080 de 1990 e a Lei 8.142 de 1990) adquiriu materialidade ainda em 1990, regulamentando o Sistema Único de Saúde, por outro lado a Lei Orgânica de Assistência Social sequer foi aprovada nesse momento histórico, como previam as disposições transitórias da Constituição Cidadã, sendo regulamentada apenas em 1993 (SILVA, 2013, p. 49).

Portanto, a compreensão da realidade é crucial na formação técnico-operativa dos/as assistentes sociais, baseando-se no que está sendo colocado em prática nas políticas de assistência. Logo, o profissional de Serviço Social é responsável por fazer uma análise crítica acerca da sociedade capitalista, que constata as precárias condições de vida a que os usuários são submetidos, tendo como base o Projeto Ético Político profissional, o qual prevê a emancipação humana através de uma nova ordem societária. Com intuito de potencializar tanto a autonomia dos usuários, quanto o fortalecimento do trabalho realizado, como sugere o Código de Ética que guia a profissão, que diz;

O Código de Ética do/a assistente social, desse modo, traduz um esforço coletivo de orientação do trabalho profissional a partir de valores que não estão desvinculados da vida cotidiana e das lutas sociais, ou seja, possui um fundamento ontológico que orienta as normativas próprias aos códigos profissionais. Vincula, portanto o campo das escolhas singulares que se apresentam na dinâmica institucional – na qual o trabalho do/a assistente social se insere – a um conjunto de valores universais fundamentais à consolidação de uma práxis emancipatória. (CRESS, 2013, p.100)

Para promover a emancipação dos indivíduos que acessam os serviços ofertados pelas políticas socioassistenciais, é necessário o funcionamento de toda a política de assistência, que rege os equipamentos, que assim como o CRAS, utiliza dos instrumentos ofertados pelo Estado brasileiro, que compõem o SUAS, sendo responsável por atender e fazer o acompanhamento de famílias e/ou indivíduos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, entre outras questões imediatas, se encontra a fome.

A assistência social assume o espaço de se promover a alimentação à comunidade que acessa os serviços, compartilhando com estes indivíduos o entendimento da ação, por meio do direito direcionado a eles, não se trata de bens de serviço, jamais uma troca de favores entre a instituição e a comunidade.

Portanto, pode-se afirmar que a Assistência Social, embora tenha avançado em diversos aspectos, trazendo novos conceitos ao seu escopo, desconsiderou as condições materiais de acesso da população, considerando um espaço marginal relegado à alimentação: reduzido às cestas básicas quando se trata dos serviços como CRAS, CREAS e CENTRO-POP e os “pratos de sopa” nas organizações socioassistenciais. Com a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – Lei 11.346 de 2006, consolidou-se na esfera pública um longo debate em torno do direito à alimentação que, desde os anos de 1990, através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), preconiza a garantia do acesso permanente aos alimentos de qualidade, cuja responsabilidade deve ser assumida pelo Estado. (FRANÇA, 2020, p.47)

Contudo, dada a mecanização do trabalho exercido, as adversidades impostas pela precarização da realidade do trabalhador de Serviço Social, mesmo que haja percepção crítica, há casos em que a falta de direitos e escassez de recursos socioeconômicos para a sobrevivência da comunidade, não é compreendida pelo profissional. Assim como em todas as categorias profissionais existem diversidades grandes de pensamentos, críticas sociais e contradições, talvez por consequência disso, há pouca produção escrita e acadêmica de profissionais sobre a temática da

fome. Por entre as implicações da alimentação, abrange mais do que apenas de alimento para o sustento físico, direito à alimentação, ao combate à fome e sim “um processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã” (LEÃO, 2013). Dado isso, garante o Direito Humano à Alimentação Adequado (DHAA).

O DHAA está relacionado intrinsecamente à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Gambá e Montal (2009) partem do pressuposto que após o reconhecimento da LOSAN (Lei 11.346 de 2006) se inicia uma era de maior consenso entre ambas as definições. (FRANÇA, 2020, p.51)

Historicamente a alimentação está presente na fundamentação das ações da profissão, possibilitando o Serviço Social possível repensar a construção acerca dos elementos à frente das políticas de combate à pobreza e a função que se tem exercido no âmbito prático-teórico. “É possível repensar o papel que a alimentação cumpre na vida destes usuários a partir do direito à alimentação desde que se compreenda que a resposta imediata não constitui a garantia de um direito social” (FRANÇA, 2020). É trabalho do Serviço Social, de forma democrática, repensar, criticar e analisar as necessidades básicas da vida humana, na possibilidade de intervir na realidade dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do estudo construído no decorrer das análises estruturais, sociais, culturais, afetivas, econômicas e políticas nas quais a alimentação se encontra, é compreensível a força que o alimento tem na formação do ser social. Reivindicar a ancestralidade nas práticas alimentares ou até mesmo o mínimo para sobreviver como trabalhador, se tornaram questões não tão distantes assim. Uma vez que o alimento assume o lugar de mercadoria, simbolizando não apenas o sustento para o corpo como uma necessidade física, mas também um indicador de status social, ferramenta de segregação, para exterminar determinadas comunidades.

Portanto, houve a dinâmica de afastamento punitivo do alimento em diferentes épocas, seja desde o escravismo, o abandono e marginalização dessa população, a migração pelo abandono social, a desigualdade alimentar no cotidiano, que acompanhamos atualmente, que remove a autonomia alimentar, através da facilidade dos ultraprocessados.

De forma, que assim como se dá a importância da alimentação, também a discussão acerca da ausência e privação da alimentação adequada ou ao acesso dela, como direito básico dos indivíduos, induzido pelo modelo de produção capitalista e conduzido pelo Estado, juntamente com a indústria alimentícia, que visam o lucro para alimentar o modelo produtivo. Este processo é feito de maneira coercitiva, decidindo quais são os alimentos que estarão dispostos à sociedade mundial, com recorte específico no Brasil contemporâneo, que mesmo sendo forte representante da manufatura de agricultura e pecuária não consegue saciar a fome de sua própria população.

Este trabalho buscou evidenciar também, como ainda falta a presença do Serviço Social, na teoria crítica da fome, não apenas reproduzindo o trabalho mecânico de entregar cestas básicas para a população que acessa os serviços socioassistenciais, mesmo que seja importante a viabilização do alimento como um direito de todos, há a necessidade de teorizar de forma consciente e crítica, por meio de produção de conhecimento, artigos, revistas, estudos de formas gerais, material acerca da condição do alimento e da alimentação disponível para população vulnerabilizada, para que o combate à fome alcance seu objetivo e para que a autonomia dos indivíduos, que consta como princípio da profissão, esteja presente no ato simples que é alimentar-se, mas que também é um ato político.

Para o debate ser efetivo, se difundindo nas diversas camadas das comunidades brasileiras, primeiro o diálogo precisa chegar de maneira informativa, logo, há a urgência em romper com este sistema, para que o combate à fome seja entendido como desenvolvimento para o caminho para o bem-estar social, garantia de dignidade alimentar para todos, descaracterizando a condição de servidão impressa na condição alimentar e todo sofrimento que as últimas décadas trouxeram com o flagelo da fome. Por fim, diante das inquietações que me impulsionaram na escrita deste trabalho, acredito que a mudança possa vir, por meio da compreensão da condição na qual estamos inseridos, somada ao movimento coletivo que pode ser construído.

REFERÊNCIAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo?** 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/afinal-o-brasil-e-o--maiorconsumidor-de-agrotoxico-do-mundo>. Acessado em: 15/05/2023

AFRIKA, Llaila O. **African Holistic Health**. Eworld. 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Necropolítica e neoliberalismo**. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018

AMBROSI, Claudia; GRISOTTI, Márcia. **O Guia Alimentar para População Brasileira (GAPB): uma análise à luz da teoria social**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4243-4251, 2022.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro e o Brasil**. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo**. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 169-194, 1997.

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964)**. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 102-123, 2006.

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 08/07/ 2023.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. **Capitalismo, desigual distribuição de alimentos e fome oculta**. In: VII congresso brasileiro de geógrafos. Vitória. 2014.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. **Notas sobre a migração campo-cidade e a monocultura no Brasil**. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 1, p. 189-209, 2017.

BRASIL, A. S. A. História - ASA Brasil - **Articulação no Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 03/07/2023.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 3 volumes, Brasília, 2010 **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol3>. Acesso em: 10/06/2023.

BRASIL. Ministério da saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2ª Ed. 1ª Reimpressão. Brasília-DF. 2014

BRASIL. Ministério da saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil - 2021-2030**. Brasília-DF, 2020

BRITO, Luciana. **A fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX**. *Estação Literária*, v. 10, n. 2Supl, p. 111-125, 2012.

CARDIM, Sílvia Elisabeth de CS; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da estrutura fundiária brasileira**. Net. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 2005.

CASTRO, Josué de. **A geografia da fome. A fome no Brasil**. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946. **194 ESTUDOS AVANÇADOS** 11 (29), 1997

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10ª ed. São Paulo, Círculo do Livro, 1995

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. *Estudos avançados*, v. 19, p. 33-48, 2005.

COSTA, MARIANA. **Não culpe a pandemia e a guerra pela inflação dos alimentos no Brasil**. (2022, maio 12). O Joio e O Trigo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/05/nao-culpe-a-pandemia-e-a-guerra-pela-inflacao-dos-alimentos-no-brasil/>. Acesso em:16/07/2023

DE ASSIS, Rosana Freitas et al. **O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA**. In: 15º Congresso Internacional da Rede Unida. 2022.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

DE LIMA TEIXEIRA, Glícia Édeni; DE FREITAS, Ramiro Ferreira. **ENTRE FOUCAULT E MBEMBE: da biopolítica à necropolítica no século XXI**. *Cadernos Cajuína*, v. 6, n. 1, p. 84-94, 2021.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. *Novos cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, 2012.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Graciliano e o paradigma do papagaio**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 35, p. 19-34, 1993.

Fome Zero e Agricultura Sustentável – Espaço do Conhecimento UFMG. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/fome-zero-e-agricultura-sustentavel/>>. Acesso em: 14/07/2023.

FOME ZERO: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública*, v.12, n.1, p.43-51, jan./jun. 2003

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 138-153, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. **Petrópolis, Vozes**, 1987.

FRANÇA, G. J. MACEDO, N. KURKA, A. B. **Sobrevivência alimentar: o uso do território pela população em situação de rua na região central histórica de Santos**. CNPQ-UNIFESP. Santos, 2019. (p. 4 - 28)

FREITAS, Gabriele Carvalho de. **Da Fome a Segurança Alimentar e Nutricional: análise da (re)criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSESA) no primeiro Governo Lula**. 2017. 131 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, Maetê Pedroso; CAMPOS, Silvana Terezinha de; SARTI, Flavia Mori. **Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares**. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 1, n. 1, 2011.

GUILLEN, Isabel. **111-Seca e migração no nordeste: Reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. *Textos para Discussão-TPD*, 2001.

IBERÊ, Daniel. **Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise**. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde. Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acessado em 21/04/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (ED.). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JARDIM, Isabel Cristina Sales Fontes; ANDRADE, Juliano de Almeida; QUEIROZ, Sonia Claudia do Nascimento de. **Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global-Um enfoque às maçãs**. *Química Nova*, v. 32, p. 996-1012, 2009.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe**. In: *Arquivos brasileiros de psicologia*, n esp. 70, pp. 20-33, s-d

MACEDO, Bárbara Macieira Ribeiro. **Necropolítica alimentar no Brasil: controle e extermínio da população negra pós-abolição**. 2021.

MACHADO, Moisés; ROCHA, Daniete Fernandes; CAMPOS, Mauro Macedo. **Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993–2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero)**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 22, n. 2, p. 692-705, 2015.

MALTA, Deborah Carvalho; SILVA JR, Jarbas Barbosa da. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil após três**

anos de implantação, 2011-2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, p. 389-395, 2014.

MATOS, Ralfo. **Migração e urbanização no Brasil**. *Revista Geografias*, v. 8, n. 1, p. 7-23, 2012.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado; DE OLIVEIRA MAIA, Haline Aparecida; SIMONCINI, João Batista Villas Boas. **Fome oculta**. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-17, 2011.

MESA (Ministério de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome). Programa Fome Zero – Abril/2003: **Principais ações dos primeiros três meses**. Brasília: **Assessoria Parlamentar do MESA**. 2003

Ministério da Agricultura critica Guia Alimentar e pede fim da classificação que desaconselha ultraprocessados. (2020, setembro 17). G1. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/09/17/ministerio-da-agricultura-critica-guia-alimentar-e-pede-fim-da-classificacao-que-desaconselha-ultraprocessados.ghtml>. Acesso em: 03/07/2023.

Ministério Da Saúde. **Fome Zero 20 anos: a transformação de Guaribas (PI), primeira cidade a receber o programa**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=talzPpCuYfo>. Acesso em: 05/04/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf Acesso em: 21/04/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf Acesso em: 21/04/2023.

MOTA, João Felipe et al. Adaptação do índice de alimentação saudável ao guia alimentar da população brasileira. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 545-552, 2008.

Nutricídio o genocídio alimentar. Disponível em: <https://medium.com/@coletivoveganopopular/nutricidio-o-genocidio-alimentar-1fbf0371423d>. Acesso em: 03/07/2023.

OLIVEIRA-CAVALCANTI, Luitgarde. **A fome como tabu e a luta de Josué de Castro**. *Boletín Científico Sapiens Research*, v. 1, n. 2, p. 70-74, 2011.

PAES-SOUSA, Rômulo; RAMALHO, Walter Massa; FORTALEZA, Beatriz Meireles. **Pobreza e desnutrição: uma análise do Programa Fome Zero sob uma perspectiva epidemiológica.** *Saúde e Sociedade*, v. 12, p. 21-30, 2003.

PANELINHA, P. **Defenda o Guia Alimentar para a População Brasileira.** Disponível em: <https://www.panelinha.com.br/blog/alimentacaosaudavel/defenda-guia-alimentar-populacao-brasileira>. Acesso em: 14/07/2023.

PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. In: **Horizontes antropológicos**, a. 25, n. 55, pp. 367-371, 2019

PEREIRA, William Eufrásio Nunes et al. **Localização das aglomerações do setor industrial nas regiões Nordeste e Sudeste: uma análise comparativa nos governos FHC e Lula.** *Economia & Região*, v. 9, n. 1, p. 5-20, 2021.

PERES, J. **Guia Alimentar do Brasil completa 5 anos de resistência.** O Joio e O Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder O Joio e O Trigo, , 8 nov. 2019. Disponível em :<<https://ojoioeotrigo.com.br/2019/11/guia-alimentar-do-brasil-completa-5-anos-de-resistencia/>>. Acesso em: 13/07/2023.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. **Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, p. 121-130, 2010.

PONTES, Sara Henrique et al. **Análise de política pública de segurança alimentar, Programa Fome Zero, no contexto da seca no semiárido brasileiro. 2020.**

PRADO, Shirley Donizete et al. **A pesquisa sobre Alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimentação e Nutrição.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 107-119, 2011.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil.** São Paulo: **Instituto Cidadania.** 2001.

PT 43 Anos: **Fome Zero, a revolução que tirou o Brasil do mapa da fome.** Disponível em: <https://pt.org.br/pt-43-anos-fome-zero-a-revolucao-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 03/07/2023.

QUINTA, F. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** Disponível em: <<https://www.fsp.usp.br/nupens/o-que-e-o-guia-alimentar/>>. Acesso em: 10/07/2023.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** 102ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2007. Relatório

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** 102ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2007.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Análise das categorias cidadania/direitos, pobreza e assistência social no discurso oficial do Programa Fome Zero.** *Emancipação*, v. 6, n. 1, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da " questão social" no Brasil: mediações para seu debate na " era" Lula da Silva. Serviço Social & Sociedade**, p. 430-449, 2012.

SAUDÁVEL, P. A. **Mais um elogio ao Guia Alimentar para a População Brasileira.** Disponível em: <<https://www.panelinha.com.br/blog/alimentacaosaudavel/Mais-um-elogio-ao-Guia-Alimentar-para-a-Populacao-Brasileira>>. Acesso em: 10/07/2023.

SEIXAS, Brenda; XAVIER, Jair. **A fome “oculta” do capital: a precarização do trabalho e do alimento mercadoria face à necropolítica. Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias**, 2020.

SILVA, Robson Roberto. **“Questão social”, fome e (in) segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. Argumentum**, v. 15, n. 1, p. 286-306, 2023.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da et al. **Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital.** 2014.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. 05) **História do Agronegócio no Brasil.** 13, p. 13-15, 2017.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Programa Fome Zero do presidente Lula e as perspectivas da renda básica de cidadania no Brasil. Saúde e Sociedade**, v. 12, p. 61-71, 2003.

TELLES, V.S. **No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades.** São Paulo: Polis, 1998. p.1-23.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido. **A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. Revista Katálysis**, v. 25, p. 449-458, 2022.

TURTELLI, C. (2022, junho 6). **Com escalada de fome no Brasil, governo destrói programa alimentar.** UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 10/07/2023

Um resumo dos ataques e da importância do Guia Alimentar para a População Brasileira. O Joio e O Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poderO Joio e O Trigo, 4 out. 2022. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2022/10/um-resumo-dos-ataques-e-da-importancia-do-guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira/>>. Acesso em: 10/07/2023

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição**, v. 18, p. 439-457, 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 2710-2717, 2008.

VENTUROTTI, Fabiano. **Exílio, fronteira e fome em Vidas Secas. Revista Crioula**, n. 3, 2008.

VERLY JUNIOR, Eliseu et al. **Adesão ao guia alimentar para população brasileira. Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 1021-1027, 2013.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão. Saúde e sociedade**, v. 12, p. 43-50, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 104-112, 2004.

ZOCCHIO, G. José Graziano: **“Segurança alimentar nas mãos do mercado entrega os pobres à fome”. O Joio e o Trigo (2020)**. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/05/jose-graziano-entrevista-coronavirus/> Acesso em: 10/07/2023